

3
73

213



COPIA DA CARTA

*Que a Sua Magestade o Senhor Rey
D Joao VI.*

(SENDO PRINCIPE REGENTE DE PORTUGAL)

ESCREVEU

BISPO D' ELVAS,

EM 1816.

RB.23 a 29173

COPIA DA CARTA

*Que a Sua Magestade o Senhor Rey
D. Joao VI.*

(SENDO PRINCIPE REGENTE DE PORTUGAL)

ESCREVEU O

BISPO D' ELVAS,

EM 1816.

LONDRES:

IMPRESSO POR W. FLINT, OLD BAILEY.

1817.



Copia da Carta que a Sua Magestade o Senhor Rey D. Joaõ 6º. (sendo Principe Regente de Portugal) escreveu o Bispo d'Elvas, na qual mostrou as falsidades, e imposturas das Consultas, que contra elle fez a Meza da Consciencia e Ordens, sem ser mandada, para debaixo do supposto nome de Graõ Mestrado, se conservar ella na usurpada jurisdição, que fizeraõ os seus traidores Antecessores desde a Minoridade do Senhor Rey D. Sebastiaõ, Aduladores da Corte dos Filippes, separando da Coroa de Portugal tudq quanto se-dizia das Ordens Militares, e seus Mestrados ja incorporados, e consolidados com estes Reynos, fazendo dos seus Mesmos Soberanos os Executores dos seus despotismos debaixo do nome de Consultas,

sem serem ouvidas as Partes interessadas, nem os Bispos sobre negocios da sua jurisdicção, nem os Procuradores Regios, ainda mesmo pelo que diz respeito aos interesses da Coroa, e Fazenda Real.

SENHOR,

COM toda a submissão, e respeito peço perdaõ, e licença para por meio d'esta, visto que me não he permittido ir pessoalmente, rogar a Vossa Alteza Real, se-digne conceder-me aquillo que não se nega, nem ainda ao maior facinoroso do Estado, posto que achado em fragante delicto; facinoroso, que não he condemnado, nem castigado sem ser ouvido, e que até mesmo he sustentado pela justiça em quanto não he justificado.

Foi Vossa Alteza Real servido Mandar pela Regia Carta de 3 de Março de 1810, que os Governadores do Reyno, que entãõ eraõ o Bispo do Porto Patriarcha Elleito, e o Marquêz d'Olhaõ, chamando-me á sua presença, me reprehendessem no Real Nome de Vossa Alteza Real mui sezuda, e asperamente, o que assim executou não só em todo o rigor da Letra o dito Patriarcha Elleito mandando pelo Secretario do Governo ler a dita Carta, mas tambem acrescentou de sua

cabeça, que eu me devia lembrar das muitas honras, que Vossa Alteza Real me tinha feito para não ser, como tinha sido, ingrato.

Eu hia a romper em hum excesso, e dizer-lhe, que outros eraõ os ingratos, e que tinhaõ sido mais felices do que eu; mas advertindo eu, que elle fallava em Nome de Vossa Alteza Real soffri tudo com a resignação, e paciencia, que Jesu-Christo Nosso Redemptor recomendou aos seus Discipulos; e com a submissão, fidelidade, e obediencia de hum Vassallo de Vossa Alteza Real, que tem por honra ser Portuguez; e no meio da intençã dôr, que me trespassava o coração, apenas disse, que Vossa Alteza Real tinha sido enganado por algum traidor, inimigo dos honrados, e fiéis Portuguezes, e que apparecessem as minhas Obras, que se mandavaõ occultar, ellas fallariaõ por si-mesmo.

Eu confesso que achando-me como fora de mim, não pude perceber bastantemente o que se me-dizia, nem advinhar qual fosse o infame traidor, que se-atreveu a enganar a V. Alteza Real, e fazer do seu mesmo Soberano o Instru-

mento das suas vinganças, para castigar hum Vassallo que em toda a publicidade por escriptos, e por obras acabava de dar todas as provas de Religião, de fidelidade, de zelo, e de honra na defeza dos direitos do seu legitimo Soberano, e dos seus Concidadãos; e na presença do mesmo Governo Usurpador, e dos seus satelites.

Mas como nada he occulto, que hum dia se não revele, a Meza da Consciencia e Ordens foi a mesma que descobrio a todo Portugal, que ella fôra a authora da machiavellica intriga, e de tão escandalozo attentado: a dita Meza, debaixo de sobrescriptos, sem nomes, fez espalhar copias da dita Carta, e do Avizo de participaçãõ, que se lhe fez, de que por satisfação a ella, e pelo seu simples dito eu fora castigado sem ser ouvido; e por huma das ditas copias, que me chegou á mão he que vim no conhecimento de toda a intriga.

Eu ainda que sei, que não he o castigo o que infama ao Homem, mas sim o seu crime; e que os meus honrados Concidadãos, que me conhecem desde que vim para Portugal estudar na Universidade de Coimbra, que tem

examinado os meus escriptos em todo o decurso da minha vida, e que viraõ os meus procedimentos á vista, e face do Usurpador, e que em tempos taõ criticos desprezei a propria vida para salvar a dos meus Filhos em Jesu-Christo, e o Sagrado Deposito, de que eu fui encarregado; não deixaraõ de me fazer justiça; com tudo como sei tambem, que os Soberanos são enganados, e que desejaõ saber a verdade, e que he de necessidade que a saibaõ :

Rogo a Vossa Alteza Real se digne mandar examinar o papel incluso por Pessoas verdadeiramente sabias de Religiaõ, honra, e probidade, que não sejaõ parciaes da Meza da Consciencia e Ordens, nem inimigos dos interesses da Coroa de Portugal: no dito papel não trato de me justificar, por que não tenho de que; e so sim confessar que sempre sustentei, e defendi os direitos, padroados, regalias, e prerogativas dos Soberanos de Portugal, e a jurisdicção da Igreja Luzitana contra as usurpações da Meza da Consciencia e Ordens; se isto he hum crime eu confesso que o cometti: o negocio he mais do interesse de Vossa

Alteza Real, da Coroa de Portugal, e da Igreja Luzitana doque meu, porque me considero sem culpa nesta parte, e que he do meu dever deixar escripta a verdade, e não consentir que ella comigo seja sepultada.

Vossa Alteza Real estará lembrado, quando se dignou elleger-me para Bispo de Pernambuco; eu de joelhos, e com lagrimas roguei a Vossa Alteza Real houvesse por bem dispensar-me da elleição que de mim fazia; porque, dizia eu, conhecia o mundo, e me conhecia a mim, que o mundo queria ser servido, e que eu não era capaz de o servir, e que por isso eu de necessidade seria sacrificado.

Vossa Alteza Real me fez a honra de dizer que estava persuadido que o Espirito Santo lhe dictara a minha nomeação, que a Raynha minha Senhora, e a Igreja de Pernambuco ficavaõ bem servidas, que cumprisse eu com os meus deveres, e que ficasse certo da protecção de Vossa Alteza Real: estas palavras foraõ para mim hum preceito de obediencia, e eu confiado nellas trabalhei por cumprir tudo quanto estava da minha parte; e me persuado

que desempenhei como fiz ver na minha Defeza impressa em 1808, que se mandou guardar na Secretaria d'Estado.

Na minha dita Defeza se haõ de achar as Cartas de Officio do Ministro de Estado que entaõ era, e que da parte, e em Nome de Vossa Alteza Real me louvava os bons serviços que en tinha feito á Igreja, e ao Estado como Bispo de Pernambuco, como Director Geral dos Estudos, como Governador Interino daquelle Capitania, e como Presidente da Junta da Fazenda.

Como Bispo reduzi mais de trinta Curatos a Igrejas Matrices com as suas Congruas competentes, e mostrei serem da appresentaçãõ, dos Soberanos de Portugal, e naõ da Ordem de Christo, como ate entaõ pertendia a Meza da Conscienciae Ordens, e seus Doutores, Curatos ate entaõ da simples nomeaçãõ dos Bispos meus Antecessores: eu estabeleci hum Seminario com rendas, a maior parte dellas ecclesiasticas muito bastantes, como nunca houve outro em todo o Brazil, e fiz Estatutos para a instrucção da Mocidade Portugueza em todos

os principaes ramos de literatura, propria não só de hum Ecclesiastico, mas tambem de hum Cidadão, que se propoe a servir ao Estado, cujos fructos, e muitos delles ja bem sazoados correm impressos com o titulo da Gratidaõ Pernambucana: eu estabeleci hum Seminario de Meninas, e lhe dei Estatutos, que correm impressos, propriamente para a educaçaõ das que se destinarem a ser Mays de Familias: eu sem derramar huma pinga de sangue reconciliei com a Igreja, e com o Estado quatro Nações de Indios rebelados, que há mais de vinte annos se achavaõ em guerra contra os Portuguezes.

Como Governador Interino fiz que se fizesse justiça a todos; não consentindo que os ricos, e poderosos opprimissem os pobres, e desvalidos: fiz que se abrisse huma nova estrada geral de communicaçaõ desde os certos de Pernambuco até aquella Praça pela parte do Sul para por ella se conduzirem os gados, e transportarem os viveres, e todos os generos de commercio, que ate entaõ estavaõ estagnados por aquellas partes: fiz restituir á Cidade de Olinda o seu Regimento, que desde a guerra de Santa

Catherina se achava fora della, e com grande prejuizo dos habitantes daquella Cidade: dei providencias para se evitarem os furtos de cavallos, que causavaõ hum prejuizo gravissimo ao commercio, e á conducção dos viveres para aquella Praça, cujos transportes são quaze todos feitos em bestas: fiz pôr em todo o seu vigor a quarentena dos escravos da Costa d'Africa, ja então posta em desuzo com grave prejuizo da saude, e dos mesmos interesses daquelles habitantes.

Eu expuz a Vossa Alteza Real a necessidade que havia de huma boa Alfandega para se evitarem os furtos, roubos, e descaminhos, que se faziaõ, e podiaõ fazer em huma caza particular de aluguer, pequena, e pouco, ou nada segura; eu propuz os meios de se fazer tudo com a maior economia da Fazenda Real, e remetti o plano, assim como tambem para os aqueductos daquella Praça, que tudo ficou então embaraçado pela guerra que a Hespanha, e a França declararaõ a Portugal: eu fiz com que os Negociantes daquella Praça concoressem com a sua quota parte do que eu dei exemplo sem algum premio, nem interesse

para a compra de huma Fragatinha armada em guerra para a defeza daquella Costa atentaõ infestada de Piratas, que com a bandeira Franceza tomavaõ, e roubavaõ os Navios de commercio á vista mesmo da terra; todos viraõ, que em quanto ali se conservou a dita Fragatinha de guarda Costa não appareceu hum só navio inimigo: eu fiz conter em subordinação, e obediencia os Marinheiros, que impunemente atacavaõ, feriaõ, e matavaõ os Soldados daquella Praça pela facilidade, que tinhaõ de se lansar ao mar, e nadarem para os navios, que ancoravaõ perto da terra, e de huns se passavaõ para os outros onde se occultavaõ, e eraõ apoiados.

Fiz pôr Telegrafos, e sentinellas por toda aquella Costa para vigiarem os navios inimigos, e avizarem de tudo quanto passava por aquelles mares. Eu dei hum Regimento para que todos os homens de qualquer qualidade e occupação que fossem, a hum signal de rebate dado corressem ao seu lugar destinado. Eu achei aquella Capitania soffrendo huma rigorosa fome, de que ja tinha morrido muita gente, principalmente naquelles certos pela umbigaõ

de huns, desmazelo, e negligencia de outros, e pela má intelligencia de todos a respeito dos seus mesmos interessès: eu deixei aquella Capitania farta, e abundante, e com hum commercio muito rico, e floressente.

Como Presidente da Junta da Fazenda Real daquella Capitania de Pernambuco separada das outras tres da Paraiba, Rio Grande do Norte, e Seará, fiz rematar em ramos, e por Freguezias, tôdas as rendas da Fazenda Real, que ate então, ou se rematavaõ em grandes massas sugeitas aos coloios de meia duzia de ricos, e poderosos; ou em administrações, cujas contas, ou nunca se liquidavaõ, ou se conservavaõ em sequestro com ruina das fazendas dos sequestrados, consumindo-se em demandas sem fim no que muitos eraõ interessados: e o resultado do meu novo methodo de arrecadação foi pagarem os Povos promptamente as suas quotas partes, e sem vexames, e o rendimento de cada anno liquido para a Fazenda Real sobio a mais do quadruplo de cada hum dos annos dos Governos antecedentes como fiz ver com documentos autenticos na Conta que juntei á

minha dita Defeza, que tambem se mandou supprimir para que se não fizesse publica a horrorosa dilapidação que ali se fazia da Fazenda Real.

Como Director Geral dos Estudos de Pernambuco tendo-se-me dado pelo Erario Regio de Lisboa huma relação, em que se dizia haverem sessenta e tres cadeiras, tres vagas, e sessenta providas, só achei ali vinte e nove, que se dizia providas, mas que ja á dois annos se não pagavaõ por falta de dinheiro, e o trabalho dos Mestres era tambem na mesma proporção: eu as fiz reduzir ao numero de sessenta com as do Seminario que ali fui crear, e as fiz pôr todas em actual exercicio: eu fiz rematar as rendas applicadas para o subsidio literario de todas aquellas Cadeiras, que ate então andava em administração, e produzio logo na primeira rematação mais de onze contos de reis com que fiz pagar promptamente a todos os Mestres, e aos quarteis nos tempos dos seus vencimentos; e quando vim para Lisboa mandei dar balanço ao cofre, e deixei nelle mais de quatro contos de reis em dinheiro alem de seis contos de reis ja liquidados

pela Junta da Fazenda de hum dos annos antecedentes, que se não tinha pago, e o de outro anno, que se estava liquidando pela mesma Junta, que não andaria por menos dos ditos seis contos de reis ; vindo ao todo a importarem em mais de deseseis contos de reis, como hade constar na mesma Junta da Fazenda de Pernambuco.

Depois que vim para Lisboa passados quatro annos foi Vossa Alteza Real inesperadamente para os seus Estados do Brazil ; e eu por desgraça minha me achei em Lisboa no tempo, em que os Francezes entraraõ em Portugal : o Governo Usurpador mandou Ordens circulares a todos os Bispos para que fizessem Pastoraes, em que recomendassem aos seus Diocesanos obediencia a Bonaparte ; não se mostrará alguma minha impressa, nem manuscripta : eu tive hum Aviso de Herman, que se dizia Secretario de Junot para escrever a Bonaparte agradecendo, dizia elle, o bem que tinha recebido a Deputação, que tinha ido de Portugal ; eu não lhe escrevi alguma Carta : eu tive ordem para fazer huma exposição do estado, e riquezas do Brazil, eu me desculpei

dizendo que me faltavaõ alguns livros, e mapas, que tinha deixado em Pernambuco; e me disse, que procurasse a hum chamado Magendi, que ja tinha ordem para me fazer ver os livros, e mapas, que eu quizesse: eu não procurei o tal Magendi, nem o quiz conhecer.

No tempo do Governo Francez fiz imprimir algumas obras do interesse de Portugal, da minha Patria, e da minha honra; e tendo eu tido insinuação para as dedicar, ao menos alguma dellas a Junot, ou a Bonaparte, eu pelo contrario não as dediquei a Pessoa alguma, á excepção da minha Analyse sobre a justiça do commercio do Resgate dos Escravos da Costa d'Africa, que dediquei aos Brasileiros meus Patricios para me aproveitar da occasião de lhes dizer publicamente, que obedecessem ao Soberano; e para que não parecesse, que eu lhes recomendava obediencia ao que então se dizia meu, e de todo Portugal, de proposito lhes dice—ao Vosso Soberano pela necessidade da vossa mesma existencia.

Eu não lhes mandei pôr na frente, como

então era moda—por ordem, ou com licença de Sua Magestade Imperial—mas sim—por ordem superior—como era costume no tempo de Vossa Alteza Real, quando as obras não eram mandadas imprimir com licença de algum Tribunal, como tudo se pode ver nas obras, que fiz imprimir no tempo do Governo Usurpador, nas quaes se não mostrará huma só palavra em favor delle, nem ainda por lisonja; eu peço que se não acredite aqualquer que dicer o contrario sem o mostrar escripto, e impresso em alguma das minhas ditas obras.

Depois tendo eu vindo para Elvas fui habitar na Quinta dos Bispos, que ainda não estava destruida, como ainda está, e lá me foi visitar o Governador Francez que então era Michel com toda a sua Officialidade, e me dice, que eu podia ir para o Palacio da habitação dos Bispos, onde elle então se achava, e que se contentava com hum quarto delle: eu que sempre fugi da amizade de taes hospedes, ainda em tempo, em que muitos a procuravaõ, me desculpei dizendo-lhe, que eu para minha saude precisava dos ares livres do campo.

Passado algum tempo chegou a esta Cidade o General Loison com os seus Guerreiros muito soberbos, e orgulhosos com o sangue que tinhaõ feito correr pelas ruas da desgraçada Evora, e apenas chegou perguntou por mim dizendo, que precisava fallar-me: e sendo eu avisado, fui ter com elle, o qual recebendo-me com muita civilidade me entregou huma carta escripta, e assignada pelo falecido Arcebispo d'Evora, em que me dizia concoresse eu com o que estivesse da minha parte para que não houvesse alguma desordem entre os meus Diocezanos, e as Tropas Francezas, ao que respondi ao dito Loison, que esta Praça estava em socego.

Pouco depois se me disse que o honrado Domingos Franco, Tenente Coronel da Artilleria, que entãõ era desta Praça, ia a ser arcabuziado no meio della por ter sido prizioeiro em Evora com as armas na mão defendendo o seu Legitimo Soberano, e a sua Patria; fui ter com o dito Loison, e lhe roguei quizesse perdoar a vida a aquelle meu filho em Jesu-Christo, e que não quizesse encher

de luto esta Cidade, que ate então tinha estado socegada.

Depois de muitas rogativas vendo eu que elle a nenhuma cedia, dizendo a tudo, que elle era mandado, e constando-me que se aproximava a hora do supplicio, lhe disse com resolução, que visto S. Ex^{cia}. não me querer attender em couza alguma, me permitisse ao menos que eu me fosse abraçar com aquelle desgraçado Filho em Jesu-Christo para que as ballas, que o atravessassem, me atravessassem tambem; pois que eu não tinha outro meio de dar huma prova aos meus Filhos em Jesu-Christo de que me interessava pela vida, e salvação delles; e que eu ate mesmo desprezava huma vida, que me nao servia para salvar a de hum meu Filho.

O dito Loison como admirado estive por hum pouco olhando para mim, e vendo a minha resolução á vista das principaes Pessoas, que ali se achavaõ, rompeu o seu silencio com as palavras seguintes—agora conheco que he verdade o que se me disse que V. Ex^{cia}. he adorado dos seus Diocezanos—e voltando-se

para o seu Ajudante d'Ordens lhe disse que fosse soltar o dito prezo, e que me viesse beijar a mão: eu não vendo já diante de mim hum Inimigo, e só sim hum Salvador da vida de hum meu Filho, e de hum Portuguez honrado, fui para elle como arrebatado, e o abracei; e voltando-me para o Mestre da Capella da Sé, que ali se achava, Irmaão do dito prezo, e que já o chorava como morto; lhe disse que fosse á Igreja com seu Irmaão, e que sobindo ao pulpito dissesse em alta voz que o General Loison acabava de perdoar a seu Irmaão a pena de morte a que tinha sido condemnado por hum Conselho de guerra, e que rogasse a todos que os ajudassem a dar graças a Deos por tanto beneficio: o dito Loison se mostrou disto muito satisfeito; e sahio desta Cidade sem lhe cauzar algum damno.

Depois o General Galuzo, que diziaõ' se achava com vinte mil homens em Badajós, tendo' noticia, que do Norte de Portugal marchava hum Exercito de Portuguezes unidos com Inglezes contra os Francezes que estavaõ em Lisboa, veio pôr em sitio esta Praça: o Commandante Francez Girou de Nouvillars

que então a governava, vendo que não tinha forças, bastantes para a defender, e os Fortes de Santa Luzia, e de la-Lipe, e temendo que os Portuguezes unindo-se aos Castelhanos o surpreendessem, sahio em alta noute por huma porta falsa, e levando com sigo todos os seus Francezes, se recolheu ao Forte de la-Lipe, deixando cento e tantos doentes no Hospital desta Cidade.

O Povo no dia seguinte vendo-se livre de Francezes começou logo a gritar por todas as ruas—viva o Principe Regente de Portugal—viva Portugal,—e os Ministros, e todas as Pessoas principaes do Estado Ecclesiastico, e Secular continuaraõ a dar calor por toda a parte, e se juntaraõ na Caza da Camara, donde me fizeraõ avizo á Quinta, onde eu me achava para que os viesse prezidir ; corri logo a toda apressa ; e apenas entrei na Praça se renovaraõ as repetidas vozes de—Viva o Principe Regente de Portugal—Viva Portugal—e entrando eu para a Caza da Camara depois de informado do que se havia passado, disse que não entraria em huma Junta, que se dizia authorizada pelo Povo ; por que huma vez que eu o recon-

hecesse authorizado para me constituir Presidente daquella Junta, elle se diria tambem authorizado para me mandar sahir para fora della, quando lhe parecesse, e talvez para fora de Portugal.

Que por estar eu bem persuadido do quanto são perigosos os Governos populares, que quaze sempre degeneraõ em anarchia, sempre declamei contra elles, ainda mesmo na presença dos Revolucionarios, como fiz ver na minha Analyse sobre a justiça do commercio do Resgate dos Escravos da Costa d'Africa no § 109, impressa e publicada em 1808 a vista, e face do mesmo Governo Usurpador: mas que eu lembrando-me da Ley, que estabeleceu os Governos Interinos, para os cazos, em que por qualquer incidente falta o Governo de alguma Cidade, Capitania, ou Provincia, estava prompto a concorrer com tudo quanto estivesse da minha parte para o estabelecimento do dito Governo com tanto que todos assim o aprovassem; e com effeito todos unanimemente convieraõ, em que se estabelecesse o dito Governo, de que se mandou logo lavrar termo.

Eu como Bispo desta Diocese, e primeiro nomeado pela ley, chamei o Official da maior patente militar, e o Ministro da maior gradação desta Cidade para se estabelecer, como se estabeleceu o Governo Interino Legal, o qual depois de estabelecido passou a nomear, e a authorizar a todas as Pessoas para as diversas Repartições publicas, fazendo restituir aos Lugares da arrecadação, e pagamentos da Fazenda Real, e dinheiros publicos, os que em outro tempo estavaõ encarregados, pelo Governo de Vossa Alteza Real, e que pela violencia do Governo Usurpador se achavaõ excluidos: e a todos se mandou que arranjasse as suas contas, para as darem em tempo competente aos Governadores do Reyno logo que fossem restabelecidos.

O mesmo Governo Interino mandou dizer ao dito Commandante Francez, que se achava no Forte de la-Lipe, que os seus doentes seriam bem tratados; com tanto que elle não bombeasse esta Cidade, nem entrassem nella os Francezes para não exasperar o Povo, que poderia romper em algum excesso contra os

ditos doentes, e dar trabalhos a todos, e de que talvez se poderiaõ aproveitar os Castelhanos, que estavaõ á vista.

A esta participaçãõ respondeu o dito Commandante Francez. que estava por tudo, com tanto que as Tropas Castelhanas não entrassem tambem nesta Cidade: e mandando-se participar este mesmo avizo ao General Hespanhol Arce, que estava abarracado no Lugar dos Mortaes por de trás da Serra da Malefa conveio tambem no que estava da sua parte, e fui pessoalmente a Badajóz arranjar este negocio com o General em Chefe Galuzo: e desta sorte se conseguiu que esta Cidade ficasse neutral, quando os Castelhanos, e Francezes se estavaõ batendo com artilharia grossa, e morteiros.

Naõ se pagou a contribuiçãõ de tantos mil cruzados, bois, e palhas todas as semanas, como pedio o dito Commandante Francez, quando se retirou para o Forte de la-Lipe; e este Governo Interino tendo governado em nome da Ley de Vossa Alteza Real, e naõ do Povo, naõ pegou nos dinheiros publicos, nem

os distribuiu sem conta, pezo, nem medida, como fizeraõ muitas Juntas Populares daquelle tempo, e só tratou de providenciar as couzas, e fazer respeitar as Authoridades Publicas, para que nada faltasse, e tudo se conservasse em paz, socego, e tranquillidade, como se conservou, ate que tudo se entregou ao Governo da Regencia destes Reynos logo que ella foi restabelecida pela expulsaõ do Governo Usurpador: sendo esta Praça a que menos soffreu no tempo da invasaõ dos Francezes.

Tudo quanto tenho exposto he a mesma verdade, e saõ factos muito publicos, e acontecidos á vista de todos, como tambem pode informar a Vossa Alteza Real de viva voz o honrado Tenente General Vicente Antonio de Oliveira, entaõ Coronel do Regimento da Artilheria desta Praça, o qual tendo ido com quase todo o seu Regimento defender a Cidade d'Evora escapou por hum milagre da Providencia de ser morto, ou feito prizioneiro no saque d'aquella desgraçada Cidade, ficando ferido, e deixado como morto no meio daquellas ruinas, sendo entaõ prizioneiro o seu

honrado Tenente Coronel, e companheiro d'armas Domingos Franco, de que ja acima fallei.

Eu tenho exposto a Vossa Alteza Real os principaes acontecimentos da minha vida publica desde que fui para Pernambuco; e as crueis perseguições, que tenho soffrido por ter cumprido com os meus deveres; perseguições filhas da intriga, como eu ja tinha previsto quando roguei a Vossa Alteza Real de joelhos, e com lagrimas, que se dignasse dispensar-me da nomeação, que de mim tinha feito para Bispo de Pernambuco.

Agora, que ja as forças fisicas me vão faltando vou novamente rogar a Vossa Alteza Real se digne conceder-me, que eu possa desistir do Bispado d'Elvas para o qual Vossa Alteza Real foi servido nomear-me; e que se me pague promptamente a Penção imposta na quarta parte de todos os fructos, redditos, e proventos da Mitra de Beja por Bulla do S^{mo}. Padre Pio VII a Instancias de Vossa Alteza Real para minha sustentação, durante a minha vida, que ja não pode durar muito.

D

**A' Augusta Pessoa de Vossa Alteza Real
guarde Deos por muitos, e felices annos para
o bem dos seus fieis Vassallos.**

Elvas em 20 de Janeiro de 1816.

D. JOZE BISPO D'ELVAS.

Copia da Carta Regia remettida da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1810 ao Presidente da Meza da Consciencia e Ordens em resolução das Consultas, que ella fez a Sua Alteza Real sem ser mandada, em 20 de Junho de 1804, e em 12 de Setembro de 1809, de cuja Carta ella tem espalhado varias copias por todo este Reyno, e dellas se me remetteu huma debaixo de hum subscripto sem nome do Author, cuja copia he a seguinte.

§ 1.

ILL^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor.

O Principe Regente Nosso Senhor Manda remetter á Meza da Consciencia e Ordens a copia inclúsa da Carta Regia de 8 do corrente mez, dirigida aos Governadores do Reyno, pela qual manda dar as providencias, que julgou mais acertadas a respeito do deduzido na Consulta da mesma Meza de 12 de Setembro de 1809 sobre a obra, que o Bispo d'Elvas D. Joze Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho, escreveu, e intitolou " Commentario para intelligencia das Bullas, e Documentos, que o Doutor Dionizio Miguel Leitaõ Coutinho juntou á sua Refutação contra

n. 2

a Allegação juridica sobre o Padroado, das Igrejas, e Benefícios do Cabo de Bojador para o Sul, &c.”—O que V. Ex^{cia}. fará presente na Meza da Consciencia e Ordens para sua intelligencia. Deos guarde a V. Ex^{cia}. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1810—Conde d’Aguiar—Senhor D. Francisco Xavier de Noronha—Despacho—Cumpra-se, e registre-se—Com tres Rubricas.

§ 2.

Copia da Carta Regia.

Governadores do Reyno de Portugal, e dos Algarves, Amigos, Eu o Principe Regente vos envio muito saudar, como aquelles aquem amo, e prezo—Tendo chegado á Minha Real Presença em Consulta da Meza da Consciencia e Ordens o indigno, e desmedido comportamento do Rev^{do}. Bispo d’Elvas D. Joze Joaquim da Cunha d’Azeredo Continho, que esquecido da mansidão do Character Episcopal, e das mais sagradas obrigassões de Vassallo, se afoitou não só a fazer imprimir a mesma Allegação Juridica, que lhe Mandeí desapprovar, fazendo-lhe intimar, que não espalhasse, antes recolhesse os exemplares, que corriaõ pela minha Resolução de 20 de Junho de 1804,

tomada em Consulta do mesmo Tribunal, ingerindo-a na obra, que escreveu, e denominou—
 “ Commentário para intelligencia das Bullas, que o Doutor Dionizio Miguel Leitaõ Coutinho, juntou á sua Refutação contra a Allegação Juridica sobre o Padroado das Igrejas, e Benefícios do Cabo de Bojador para o Sul, sobre a jurisdicção dos Bispos Ultramarinos, sobre o Senhorio, e Dominio das Conquistas, e sobre a Jurisdicção do Conselho do Ultramar”—mas também a sustentar a mesma doutrina desaprovada, com muito maior valor, e energia de expressões, atacando com pensamentos, e palavras menos consideradas a authoridade da Meza da Consciencia e Ordens, as Prerogativas do Graõ-Mestrado, para sustentar huma desmedida ambição de jurisdicção chegando o seu desatino até ao reprovado excesso de pedir licença ao Intruso, e Usurpador Governo Francez para re-imprimir as suas Obras, e fazendo registalla na Camara Episcopal, para a todo o tempo constar a sua ousadia, e merecendo exemplar castigo estes factos criminosos muito mais reprehensíveis por serem praticados por hum Bispo, de quem se devia só esperar a pratica das virtudes, e a cega

obediencia aos meus Reaes Mandados; Tendo com tudo consideração ao muito que merece a Dignidade, e Ordem Episcopal, e por effeito da minha Real Clemencia, deixando de lhe impor o castigo proporcionado a hum semelhante Delicto: sou servido Ordenar-vos, que chamado á vossa Presença, o reprehendaes no meu Real Nome, mui sizuda, e asperamente, fazendo-lhe ver a indignidade do seu comportamento, taõ alheio do que se deve esperar de hum Bispo, a gravidade do crime, que cometteu, e o excesso de piedade, que com elle mando praticar, por esperar o seu arrependimento, e emenda para o futuro; E outro sim, que façaes recolher á Secretaria dos Negocios do Reyno todos os exemplares da Obra, que fez imprimir o mesmo Rev^{do}. Bispo com o titulo acima referido, mandando aspar de modo que mais se não leia a Licença do Governo Intruso Francez, registada na Camara Episcopal d'Elvas. Espero do zelo com que vos empregaes no meu Real Serviço, que tudo cumprireis com a brevidade, e exactidão, que convem. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Março de 1810—O Principe.

—Para os Governadores do Reyno de Portugal, e Algarves—Militaõ Joze Alvez da Silva.

Copia do Avizo do Secretario do Governo destes Reynos para o Provedor da Commarca d'Elvas.

§ 3.

O Principe Regente Nosso Senhor He servido que V. M^{ce}. faça aspar, e riscar de modo que mais se não leia a licença, que o Intruso, e Usurpador Governo Francez concedeu ao Bispo d'Elvas D. Joze Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho para poder re-imprimir as suas obras, aqual se acha registada na Camara Episcopal d'Elvas; o que participo a V. M^{ce}. Palacio do Governo em 14 de Julho de 1810—Joaõ Antonio Salter de Mendonça—Senhor Provedor da Commarca de Elvas—

§ 4.

Resposta do Rev^{do}. Bispo d'Elvas.

Eu respeito muito o meu Soberano, e e tudo quanto me he mandado debaixo do seu Augusto Nome por Aquelles, que para isso estão authorizados, mas eu sei que o meu Soberano foi enganado; e que não he, nem pode ser da Sua Intenção que algum Vassallo seu seja infamado, nem castigado sem ser ouvido: eu como Homem Publico estou obri-

gado em consciencia a dizer a verdade ao meu Soberano, e muito mais em rasão do meu Officio, ainda que a custa de perder a vida: como Cidadão Particular eu tenho direito a defender a minha honra, o meu credito, a minha reputação, como a minha mesma vida: callar-me quando sou accusado, e principalmente em publico, he confessar o crime, he cobrir-me de infamia.

§ 5. E porisso a todos os que me viraõ publicamente infamado, e castigado desde a Capital de Portugal ate as suas Fronteiras, e que tem visto as copias da dita Carta Regia, que de proposito se tem espalhado contra mim; eu peço que se não escandelizem, não me insultem, nem me injuriem antes de me ouvirem, e que não supponhaõ injusto o meu Augusto Soberano, que como Homem podia ser, como foi enganado; mas eu peço que attendaõ que o Mesmo Senhor tudo quanto disse, ou se lhe fez dizer na dita Carta Regia, foi como nella se ve, referindo-se ás Consultas, que contra mim fez a Meza, que se diz da Consciencia e Ordens de seu moto proprio, e sem ser mandada: eu passo a mostrar que a dita Meza

faltou a verdade em tudo quanto disse nas suas Consultas; e que não só enganou a Sua Alteza Real: mas que ate mesmo teve a audacia de fazer delle o instrumento da sua vingança para fazer recahir sobre o innocente Instrumento, todo o odioso do despotismo, só por elle manejado, e de que só ella he culpada.

§ 6. Disse a Meza da Consciencia e Ordens nas suas Consultas, ou para melhor dizer nas suas falsas accusações contra mim; que eu na minha Allegação Juridica, e no meu Commentario sustentei huma doutrina desaprovada sem dizer por quem, nem qual era o objecto dessa doutrina, para fazer parecer que a doutrina, que eu sustentei era alguma blasfemia, ou alguma proposição ja condemnada pela Igreja, ou pelas Leys do Reyno, para mais se não fallar nella: nada disto houve, tudo tem sido huma impostura da dita Meza por quanto.

§ 7. A doutrina, que eu sustentei foi em suma 1º. Que o Senhorio, e dominio das terras, e Conquistas Ultramarinas são, e sempre forão dos Reis de Portugal, e nunca de

Ordem de Christo, como pertende a Meza da Consciencia e Ordens, e o seu Doutor Dionizio fundado nos Estatutos da mesma Ordem, os quaes assim como todos os outros Estatutos das Ordens Militares de Portugal, alem da falsidade dos factos por elles referidos, e dos erros de direito, que nelles se contém, foraõ feitos por alguns Particulares, que dizendo-se zelosos do bem das ditas Ordens não tinhaõ alguma authoridade para os fazer como consta do mesmo Prologo dos Estatutos da Ordem d'Aviz.

§ 8. A Meza da Consciencia e Ordens com todos os seus Doutores não mostrará qual foi o Papa, que mandou fazer taes Estatutos, nem qual foi o que authorizou os seus Authores para legislarem sobre espiritualidades, sobre a jurisdicção Ordinaria dos Bispos, e sobre a disciplina da Igreja Lusitana: tambem não mostrará a dita Meza qual foi o legitimo Sobe-rano de Portugal, que authorizou aos Authores dos ditos Estatutos para fazerem Difiuições, Leys, e Regimentos contrarios as Leys do Reyno, e positivamente a respeito de tudo o que em outro tempo se dizia das Ordens, e

seus Mestrados depois de incorporados, e consolidados com os Reynos de Portugal, e sem que fossem ouvidos os Procuradores Regios da Corôa, e Fazenda pelo interesse, que ja em taes Ordens, e Mestrados tinha a Corôa.

§ 9. Tambem não mostrará a dita Meza qual foi a Ley, Alvará, ou Regimento, pelo qual ella fosse creada Meza da Consciencia e Ordens pelo Senhor Rey D. João 3º. como se disse ao Senhor Rey D. Sebastião na sua Menoridade para o enganar, e o fazer cahir, (assim como a todos os Reys, que lhe succederaõ,) em mil erros de factos a respeito da incorporação, e consolidação dos ditos Mestrados com os Reynos de Portugal, callando a verdade, e fazendo persuadir a todos pelas suas intrigas, enganos, e prepotencias, que tudo quanto se diz, e se pode dizer das Ordens Militares, e seus Mestrados he hum corpo separado da Coroa, e independente dos Reys de Portugal.

§ 10. E pelo contrario se eu fora ouvido eu faria ver que a mesma chamada Meza da Consciencia e Ordens foi fabricada pelos

Authores dos mesmos Estatutos, e por aquellés que pela sua soberba, e orgulho contra a Sé Apostolica, e contra os Reys de Portugal dos quaes eraõ Donatarios, tinhaõ dado causa a que tudo quanto em outro tempo tinha sido dado as ditas Ordens, e Mestrados fosse como foi incorporado, e consolidado com os Reynos de Portugal; aquelles Intrigantes apenas viraõ morto o Rey, que bem a pezar delles tinha reduzido as couzas ao seu primitivo, e verdadeiro estado, e que sobia ao Throno de Portugal hum Menino de tres annos, trabalharaõ logo por separar da Coroa tudo quanto ja estava nella incorporado.

§ 11. A isto accresceu a entrada dos Felippes em Portugal, aos quaes rodearaõ logo os vis lisongeiros, que se diziaõ zelózos do bem das Ordens, convidando-os para fazerem capitulos geraes, reformas, e Estatutos, do que ja era da Coroa, e sobre objectos, que os mesmos Intrusos ignoravaõ: Philippe 3º, porém excedeo a todos os seus Antecessores, e fez o que ellés não fizeraõ, approvou como Governador os fabricados Estatutos pelos mesmos Inimigos da incorporação dos

Mestrados a Corôa, e suspeitando elle, e seus Ministros que alguns Bispos de Portugal, e principalmente o Arcebispo então d'Evora protegiam os levantamentos dos Portuguezes contra elle em favor do Senhor Rey D. João 4º deu, e mandou dar todo o auxilio á dita Meza da Consciencia e Ordens apoiada pelos lisongeiros, que rodeavam ao mesmo Felippe 3º. para que pizassem, e vilipendiassem os Bispos, e Arcebispos de Portugal, e lhes usurpassem os seus direitos, e a sua jurisdição ordinaria; sem advertir aquelle Barbaro, que apoiando aos inimigos da incorporação dos Mestrados na Corôa destruia tambem as regalias, os direitos do Reyno, de que elle se dizia Rey, e a sublime obra da politica dos Senhores Reys D. Manoel, e D. João 3º; mas hum Usurpador não olha direitos, nem a politica das Nações; elle só confia tudo da força das suas armas, e das suas intrigas.

§ 12. Se eu fora ouvido eu faria ver, que a chamada Bulla das Tres Instancias, huma das principaes ancoras, a que se agarra a Meza da Consciencia e Ordens; e todas as que se conseguiram da Sé Apostolica depois da Bulla da

Incorporação dos Mestrados das Ordens Militares com os Reynos de Portugal, são nullas, e de nenhum vigor ; 1º por terem sido obtidas obrepticia e surrepticiamente, callando-se a verdade, e o novo estado a que ja se achavaõ reduzidos os ditos Mestrados, e tudo quanto se dizia das Ordens pela dita Bulla da Incorporação : 2º. por que nas ditas posteriores Bullas, e Breves não se derogou o que ja estava determinado pela dita Bulla da Incorporação, nem se podia derogar sem se fazer expressa menção da mesma Bulla, como nella se determina, o que nunca se fez : 3º. por se ter enganado aos Reis para pedirem á Sé Apostolica como Governadores, e Administradores aquillo mesmo, que ja se lhes tinha concedido como Reis de Portugal, e na qualidade de Reis ao Senhor Rey D. Manoel pelo Papa Leaõ 10 para a creação das Commendas novas nos reditos das Igrejas do Padroado da Corôa, e ao Senhor Rey D. Joaõ 3º. pelo Papa Julio 3º. para que tudo quanto se dizia das Ordens, e Mestrados fosse incorporado com os Reynos de Portugal, cujo engano foi feito de proposito pelos mesmos traidores, que aconselhavaõ os Reis para os constituirem delegados das Ordens, e sujeitos

ás Leys, e Regimentos, que os mesmos Intrigantes tinhaõ feito com o nome de Estatutos: 4º. por que não foraõ ouvidos os Procuradores Regios da Corôa, e Fazenda pelo que pertencia aos interesses do que ja estava incorporado na Corôa: 5º. por que nada se podia resolver, nem innovar sobre espiritualidades, e a jurisdicção ordinaria dos Bispos sem o consentimento delles, e sem serem ouvidos, pois que a Sé Apostolica não procede, nem pode proceder despoticamente, e sem ouvir as Partes prejudicadas.

§ 13. Todas estas obrepções, e subrepções, e enganos aos Reys, e aos Papas em tempos, de mudanças de tantos governos, e tão tenebrosos para Portugal, e para a Igreja Lusitana, feitos por aquelles mesmos, que estavaõ empenhados em destruir a obra da grande politica dos Senhores Reys D. Manoel, e D. João 3º. desgraçadamente os Reys, que se lhes seguirão foraõ enganados por muitos dos mesmos, que estavaõ encarregados de lhes dizer a verdade, estas obrepções torno a dizer tão repetidas causaraõ huma tal confusão na Historia das Ordens, e seus Mestrados desde a Minoridade

do Senhor Rey D. Sebastião ate hoje que enganaraõ aos Reys, e aos seus Ministros, e a quaze todos os Praxistas, e Reyniculas, que escreveraõ principalmente do tempo de Felippe 3º. por diante.

§ 14. Aquelles Escriptores devendo a este respeito beber a verdade na fonte pura da Bulla da Incorporaçã dos Mestrados á Coroa parece, que ou della não tiveraõ noticia, ou nunca a leraõ ; pois que nella não fallaõ nos seus Escriptos ao menos com conhecimento de causa, e só beberaõ nas agoas turvas da Bulla das Tres Instancias, e nas que se lhe seguiraõ ; e finalmente beberaõ o veneno nos charcos enlodados dos chamados Estatutos das Ordens Militares. Se aquelles Escriptores tivessem examinado a dita Bulla da Incorporaçã dos Mestrados á Coróa achariaõ nella huma analyse bem deduzida em favor dos Reys de Portugal na qualidade de Reys: na Bulla das Tres-Instancias, e nas outras que depois della se seguiraõ a respeito das ditas Ordens veriaõ huma serie de obrepções, e subrepções para constituir os Reys de Portugal Governadores, e Subdelegados dos chamados Definitorios das

Ordens Militares, hoje representados pela fabricada Meza chamada da Consciencia e Ordens: nos famosos Estatutos veriaõ huma collecção de desvarios, e de usurpações onde só se vê—Difinimos, e Mandamos—sem mais ração, nem Ley do que as suas vontades: mas para fazer callar aos seus Authores bastaria perguntar-lhes—aqueem mandaes? com que titulo? e com que authoridade? se tudo se acha incorporado, e consolidado com os Reynos de Portugal?

§ 15. Foi o 2º. ponto da doutrina que sustentei, e de que fui accusado: que o Padroado das Igrejas, e Benefícios Ultramarinos do Cabo de Bojador para o Sul, ainda antes da Bulla da Incorporação dos Mestrados a Coroa ja não eraõ da Ordem de Christo como pertende à Meza da Consciencia e Ordens, e seus Doutores, mas sim da Coroa de Portugal desde o tempo do Senhor Rey D. Manoel por Bulla do Papa Leaõ 10. Foi o 3º. ponto. Que a jurisdicção ordinaria, e o governo espirital daquellas Igrejas, e Benefícios he dos Bispos Ultramarinos, e não da Ordem de Christo. Foi o 4º. ponto. Que o Conselho

do Ultramar a respeito dos negocios Seculares, e Ecclesiasticos do Padroado da Coroa ate antes da partida de Sua Alteza Real para o Brazil era o Dezembargo do Paço dos Estados Ultramarinos, e não a Meza da Consciencia Ordens—appareção a minha Allegação Juridica, a Refutação do Doutor Dionizio com as minhas Notas, e o meu Commentario para intelligencia das Bullas, que elle arrastou em prova dos seus absurdos; ellas fallaraõ por si mesmo; e em quanto as ditas obras não apparecerem, e eu não for ouvido; eu direi que Sua Alteza Real foi enganado, e que eu fui suffocado pela dita Meza, e seus Con-Freires para que eu não fosse ouvido, e ella Meza, lançando terra nos olhos a todos, se conservar na usurpação, que tem feito dos direitos da Coroa, e da jurisdicção dos Bispos, e muito mais hoje que vendo-se longe do Soberano se tem feito insuportavel, e verdadeiramente despotica a respeito de tudo quanto ella diz, e quer dizer das Ordens Militares, e seus Mestrados.

§ 16. A mesma Carta Regia referindo-se as Consultas da Meza da Consciencia e Ordens, diz que eu com muito maior valor, e energia

de expressões ataquei com pensamentos, e palavras menos consideradas a authoridade da Meza da Consciencia e Ordens: Oh bom Deos a Meza da Consciencia e Ordens constituida huma Divinidade, que ate castiga os pensamentos, e se diz com authoridade para sacrificar o innocente sem o ouvir, e que nem mesmo quer que gema quando o castiga!

§ 17. Como pois dizendo-se a Meza da Consciencia e Ordens queixosa contra mim se atreveu a fazer consultas, sem ser mandada, e a constituir-se por authoridade propria Conselheira, Accusadora, Juiza, e Parte na mesma causa, e mais que tudo calumniadora? onde aprenderia ella semelhante legislação? não lhe tremeu a mão quando fez huma falsa accusação a que deu o nome de Consulta para mais facilmente enganar ao Seu Mesmo Soberano, e o fazer o Executor das suas vinganças contra hum Vassallo sem ser ouvido, e contra hum Bispo em ração do seu Officio? e chama-se huma tal Meza, Meza da Consciencia?

§ 18. Nas mesmas Consultas disse tambem a Meza da Consciencia e Ordens, que eu tinha

atacado as Prerogativas do Graõ-Mestrado para sustentar huma desmedida ambição de jurisdicção, (que eu então defendia como Bispo do Ultramar, e de Pernambuco, que então era:) aqui se deve notar, que sendo varios os pontos, que defendi contra as pertenções da Meza da Consciencia e Ordens, e principalmente a respeito do dominio das Terras, e das Conquistas Ultramarinas, e do Padroado da Corôa como acima fica mostrado, a dita Meza callou estes pontos, e me fez huma grande accusação sobre o ponto da jurisdicção ordinaria, e do governo espirital das Igrejas Ultramarinas, ponto, de que ella mais se dôe, e de que tem feito hum abuzo intoleravel, e a ouja defeza ella chamou desmedida ambição de jurisdicção.

§ 19. Todos os que aprenderão a doutrina Christã sabem, que a jurisdicção ordinaria dos Bispos a respeito do governo espirital das Igrejas, e das ovelhas de que elles são encarregados, he proveniente de Direito Divino, como diz o Apostolo—*Attendite vobis, et universo Gregi in quo vos Spiritus Sanctus posuit Episcopos regere Ecclesiam Dei*—Eis aqui a fonte da minha jurisdicção como Bispo; qual

he a da Meza da Consciencia e Ordens, ou a das Ordens Militares a este respeito, de que ella Meza se diz Tribunal privativo, e Supremo sem appellação, nem agravo? e que Authoridade Humana poderia privar aos Bispos de huma tal jurisdicção? e muito mais sem serem ouvidos, e sem os seus consentimentos? logo em quanto a Meza da Consciencia e Ordens não mostrar o titulo em que ella funda as suas pertencões a respeito da jurisdicção que ella me disputa como Bispo; eu posso dizer que ella Meza he a que tem usurpado a jurisdicção dos Bispos por huma desmedida ambição de jurisdicção (1).

§ 20. Note-se mais que a Meza da Consciencia e Ordens para melhor encobrir as suas usurpações usou de huma palavra enigmatica a que elle chamou—Graõ-Mestrado—que não sendo Rey, nem Papa, he mais do que o Papa (2) do que os Concilios Ecumenicos (3),

(1) V. Estatutos da Ordem de Christo part 2. ttº. 13. § 2, e 3, e part 3. ttº. 99. § 5, e ttº. 11. § 2.

(2) V. Estatutos da Ordem de Christo part. 3. ttº. 7.

(3) V. ditos Estatutos. ttº. 11. § 1.

e do que os **Reys de Portugal**; pois que teve o arrojo de fazer imprimir, e publicar, no meio do **Reyno de Portugal** as suas **Determinações**, e **Regimentos** debaixo do nome de **Estatutos**, nos quaes disse altamente que as suas terras, e **jurisdicções em Portugal** andão usurpadas, e que se devem revender pelo seu **Tribunal**, e que os **Reys** como **Reys** lhe não podem tirar; por que depois de huma vez doadas legitimamente se incorporarão no patrimonio da **Ordem**, e **Igreja Romana** de maneira que não ficão a disposição dos **Reys** (1); que as **Ilhas**, e **Conquistas Ultramarinas** são da sua **Ordem**, e lhe pertencem—*pleno jure*—(2) que os **Reys de Portugal** não podem mandar **Vice-Reys**, nem **Governadores** para o **Ultramar** sem serem por comissão delle—**Graõ-Mestrado**—(3) que os **Reys de Portugal** nada podem fazer nos **Estados** delle—**Graõ-Mestrado**—sem ser por comissão, e como **Procurador**, ou **Delegado**

(1) V. **Estatutos da Ordem de Christo** part. 3^{ta}. 10. §§ 1, e 2.

(2) V. ditos **Estatutos** ttº. 12.

(3) V. ditos **Estatutos** part. 3. ttº. 1.

do seu Definitorio, ou Tribunal (1) chamado Meza da Consciencia e Ordens (2), e que os Reys ainda que authorizados pelo Definitorio, ou Tribunal do—Graõ-Mestrado—não poderão exercitar jurisdicção alguma em quanto não prestarem juramento nas mãos do seu D. Prior debaixo da pena de nullidade (3), e por isso a Meza da Consciencia e Ordens em todos os papeis, que se expedem pela sua repartição, quando falla dos Reys de Portugal he sempre debaixo da denominação—como Governador, e Administrador do Graõ-Mestrado, e diz que assim he necessario para conservação do seu direito (4) e isto depois de se terem extincto os ditos titulos por quanto.

Os titulos de Mestre Governador, e Administrador dos Mestrados das Ordens Militares de Portugal só foraõ concedidos aos Reys de

(1) V. ditos Estatutos part. 1. ttº. 31.—Procuração a El Rey Nosso-Senhor como Mestre da Ordem feita pelo capitulo Geral.

(2) V. ditos Estatutos part. 3. ttº. 6. § 3.

(3) V. ditos Estatutos part 1. ttº. 5.

(4) V. ditos Estatutos part 3. ttº. 10. § 2, e ttº. 12.

Portugal aos seus Filhos, e Parentes em quanto assim pareceu conveniente para o bem da Religião, e dos mesmos Reynos de Portugal conforme o pediaõ o estado, e as circumstancias daquelles tempos (1), e porisso ainda que o Senhor Rey D. Joaõ 3º. foi nomeado pelo Papa Julio 3º. Mestre Governador, e Administrador Perpetuo *in temporalibus*, et *in spiritualibus* das duas Ordens Militares de Santiago, e de Aviz entaõ vagas por morte do Mestre D. Jorge na forma em que Elle Rey ja era da de Christo, como consta da Bulla, que entaõ se lhe passou, e de que se faz mençaõ na mesma Bulla da Incorporaçãõ; (2) com

(1) V. dita Bulla de Julio 3º. junta por copia no nº. 14—in administrationem dum expediens visum fuit concessi fuerunt (Magistratus.)

(2) V. dita Bulla no nº. 5. nas palavras—*Motu proprio exindem Joannem Regem quoad viveret administratorem perpetuum, et irrevocabilem Magistratum Militiarum S. Jacobi, et de Aviz hujusmodi jnrimumque, rerum, et pertinentiarum suorum omnium, etiam una cum Magistratu Militiæ Jesu-Christi hujusmodi cum plena, et libera facultate, authoritate, et potestate omnia, et singula quæ Magistri Militiarum S. Jacobi, et de Aviz hujusmodi qui pro tempore fuerant facere, et exercere potuerant, etiam si habitum per fratres Milites dictarum Mili-*

tudo foraõ depois extinctos os ditos titulos por que.

§ 22. Considerando o mesmo Papa, que a nomeação perpetua de Mestre, Governador, e Administrador, que acabava de fazer na Pessoa do Senhor Rey D. Joaõ 3º. ja não era conforme com o novo estado das couzas, e que em lugar de se fazer o maior bem da Igreja, e dos Reynos de Portugal se lhes faria o maior mal pelas muito justas, e ponderosas razões, que expoz o mesmo Papa na sua Bulla de 30 de Dezembro de 1550 (1) expedio nova Bulla pela qual revogando a que acabava de fazer da nomeação do Senhor Rey D. Joaõ 3º. para Mestre, Governador, e Administrador Perpetuo de todas as ditas tres Ordens Mili-

tiarum gestari solitum nunquam suscipere, nec professionem per eos emitti solitam emitteret faciendi, et exercendo Apostolica auctoritate constituimus, et deputavimus, curam regimen, et administrationem Magistratum S. Jacobi, et de Aviz, ac Castrorum, et aliorum prædictorum, sibi in spiritualibus, et temporalibus plenarie comittendo prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur.

(1) V. a dita Bulla no Nº. 6 nas palavras—Cum autem postmodum intra mentis nostre arcana sæpius revolverimus, &c.

F

tares, fez incorporar, e consolidar com os Reynos de Portugal tudo quanto em outro tempo se dizia das Ordens Militares, e seus Mestrados (1) e que os Reis de Portugal na qualidade de Reis podessem dar ás Pessoas benemeritas as Commendas dos ditos Mestrados, que dalli por diante vagassem (2).

§ 23. E para que de todo ficassem extinctas as ditas administrações, e sem algum effeito, revogou todas as Constituições, e Bullas Appostolicas em contrario, e especialmente a do Concilio Lateranense, que prohibia aos Seculares a acquisição de Dizimos Ecclesiasticos, e a do Papa Bonifacio 8º., que prohibia

(1) V. dita Bulla no No. 34 nas palavras—cum Regnis hujusmodi ineorporetur, et consolidetur —

(2) V. dita Bulla no No. 17 nas palavras—“et prædictus Joannes, et pro tempore existens Portugalliae, et Algarbiorum Rex præceptorias domorum militiarum hujusmodi fratribus militibus idoneis, et ad præliandum habilibus, qui non solum cum vocati fuerint ad bella se accingent, verum etiam Regem ipsum ad expeditiones contra infideles prædictos ultro sollicitabunt, ac se, suaque omnia tam in classe maritima, quam exercitu terrestri laboribus, et periculis exponere non dubitabunt, earum occurrente vacatione conferre, seu conferri procurabit.”

as uniões perpetuas, assim como também todos os Estatutos, privilegios, usos, e costumes concedidos por qualquer titulo pela Sé Appostolica ás ditas Ordens Militares, e seus Mestrados, ainda que firmados com juramento (1) e que havia por nullo, e de nenhum effeito tudo quanto se fizesse em contrario sem se fazer expressa menção de verbo adverbium do que estava determinado pela dita Bulla da Incorporação (2).

§ 24. Pela dita Bulla o Papa Julio 3º. não deu aos Reys de Portugal terras, dominios, jurisdicções, nem algumas temporalidades; elle não fez mais do que ás vezes de hum bom Juiz, que dá acada hum o que he seu: elle

(1) V. dita Bulla no No. 44—*Non obstantibus nostra, per quam dudum inter alia voluimus, &c.*—

(2) V. dita Bulla no No. 56—“*Quodque de Magistratibus hujusmodi, vel aliis beneficiis ecclesiasticis ad eorum collationem, provisionem, præsentationem, electionem, seu quamvis aliam dispositionem conjunctim, vel separatim spectantibus nulli valeat provideri, seu concessio in administrationem fieri per litteras Apostolicas non facientes plenam, et expressam, ac de verbo ad verbum de indulto hujusmodi mentionem.*”

vendo, que as doações, jurisdicções, privilegios izenções e todas as temporalidades, que os Reys de Portugal tinham concedido ás Ordens Militares em outro tempo, humas tinham sido expressamente condicionaes, e positivamente as que fez o Senhor Rey D. Affonso Henriques aos Templarios em quanto durasse a guerra contra os Sarracenos, e elles servissem a seu Filho, e aos seus Descendentes (1), e que outras ate mesmo se tinham feito prejudiciaes á Igreja, e ao Estado pelo abuzo que dellas se faziaõ, e pela mudança dos tempos, e circumstancias, fez restituir, incorporar, e consolidar com os Reynos de Portugal aquillo que delles se tinha tirado.

§ 25. Por virtude da mesma incorporação ficaraõ tambem incorporados com o padroado da Coroa de Portugal todos os padroados em outro tempo concedidos ás ditas Ordens Militares a respeito da apresentação das Igrejas, e Beneficios, que se diziaõ das ditas Ordens: e

(1) V. Historia da Militar Ordem de Christo por Fr. Bernardo da Costa Freire Conventual, e Chronista da mesma Ordem. Documento 21 pa. 193 impressa em 1771 em Coimbra.

pelo que pertencia ao exercicio das chamadas espiritalidades das ditas Ordens consistentes no governo monachal dellas, authorizou o mesmo Papa ao Senhor Rey D. Joaõ 3º., e a todos os seus Successores na qualidade de Reys de Portugal, ainda que o Reyno viesse a cahir em Femea, como hoje se vê na Raynha Nossa Senhora; para que podessem nomear para o dito effeito Pessoas idoneas amoviveis ad nutum por Elle Rey: em consequencia do que passaraõ os Reys de Portugal a nomear ate hoje os D. Prioros de cada huma das ditas tres Ordens Militares (1).

§ 26. E a essas Pessoas nomeadas pelo Rey como idoneas para a administração das ditas espiritalidades, e governo monachal dos ditos Conventos, concedeu o Papa todos os poderes

(1) V. dita Bulla no No. 35—Sic tamen quod pro tempore existens Portugalliæ, et Algarbiorum Rex, seu Regina ea, quæ spiritualia pro tempore concernent per idoneas personas ipsarum militiarum Religiosas ad id per eum deputandas, et ad ejus liberum nutum, et arbitrium amobiles, probe, et laudabiliter exerceri facere debeat, et teneatur, Apostolica Auctoritate prædicta tenore præsentium perpetuo concedimus, et comittimus, et assignamus.—

espirituaes, e os constituiu desde logo seus Delegados para o dito effeito (1) assim como se vê em qualquer Padroeiro leigo, ou Secular, ao qual posto que seja concedido pela Igreja o direito de apresentar ao Bispo, ou ao legitimo Collador hum Ecclesiastico digno para Parocho da Igreja da sua apresentação, não he com tudo o Padroeiro, o que confere alguma jurisdicção espiritual ao Parocho, mas sim o Bispo, ou o Legitimo Collador, como Delegado do Papa: e pelo mesmo privilegio concedido aos Reys de Portugal, o Senhor Rey D. João 3º como Rey expedia Provisões aos Bispos, que lhe parecia para visitadores dos Conventos das de ditas Ordens Militares. (2)

§ 27. Por virtude da dita incorporação não

(1) V. dita Bulla no N.º 37—et personis, per pro tempore existentem Regem, sem Reginam circa spiritualia deputandis, omnia, et singula quaecunque singularum militiarum, hujusmodi qui pro tempore fuerunt concernentibus spiritualia per se, vel alios ordinare, disponere mandare, et facere de jure, vel consuetudine, aut alias quomodo libet potuerunt, seu debuerunt ordinandi, et disponendi, mandandi, et faciendi plenam, liberam, et omnimodam facultatem, et potestatem, concedimus.

(2) V. Estatutos da Ordem de Aviz tt.º 1. cap. 7. pag. 14.

so ficaraõ extinctos os titulos de Mestre, Governador, e Administrador das ditas Ordens, como ficã mostrado, mas tambem ficou revogada a Bulla do Papa Joaõ 22 denominada da fundação da Ordem de Christo ; e se dissolveraõ todos os vinculos, que uniaõ aquelles corpos pelos votos religiosos, conforme os quaes eraõ obrigados a viver no celibato, sem proprio, e na vida em comum (1) de cujos votos tinhaõ ja sido dispensados pelo Papa Alexandre 6º para poderem cazar, e viverem separados da vida em comum (2), e pelo Papa Leaõ lo para poderem fazer seus os fructos das Commendas novas, naõ obstante serem productos de dizimos ecclesiasticos por terem ja sido secularizados pelo mesma Papa a instancias do Senhor Rey D. Manoel para poderem ser dados aos Commendadores, e Sugeitos benemeritos nomeados pelos Reys na qualidade de Reys de Portugal (3) sem depen-

(1) V. Estatutos da Ordem de Aviz ttº. 3. cap. 19.

(2) V. Historia Genealogica da Caza Real tom. 2º. das Provas nº. 57. pag 263.

(3) V. dita Historia tom. 2. pag. 295—adictis ecclesiis perpetuo dismembramus, et separamus, et præceptoriis præfatis,

dencia de Consultas de algum Tribunal, e muito menos da Meza da Consciencia e Ordens, que ainda não havia no tempo do Senhor D. Manoel, nem jamais houve em toda a vida do Senhor Rey D. João 3º, como depois mostrarei (1), e na mesma forma foraõ depois secularizadas todas as Commendas velhas, e das outras Ordens Militares pela dita Bulla da Incorporação para poderem ser dadas pelos Reys de Portugal na qualidade de Reys.

§ 28. Extinguiu-se tambem o governo das ditas Ordens, e dos seus—Treze—que se diziaõ authorizados para pôrem, e depôrem os Mestres (2) e em consequencia os seus Definitorios, e Capitulos geraes, porisso mesmo que tudo ficou incorporado, e consolidado com os Reynos de Portugal governando-se todas as

et eorum præceptoribus pro earum dote applicamus, et appropriamus, ac facultatem nominandi addictas præceptorias prædicto Serenissimo *Emmanueli*, et pro tempore existenti *Regi* eâdem auctoritate concedimus.

(1) §§ 33, e 34.

(2) V. Estatutos da Ordem de Santiago no capitulo da eleição do Mestre, e do poder dos—Treze.

temporalidades das ditas Ordens, e Mestrados pelas Leys do Reyno, e pelos Tribunaes do Rey sem dependencia de Breves, nem de Bullas. As espiritalidades das ditas Ordens Militares ficáraõ reduzidas ao governo monachal dos Freires Conventuaes das ditas tres Ordens administradas pelas Pessoas idoneas para isso nomeadas pelo Rey, sustentadas á custa das rendas, que logo lhes foraõ assignadas para hum certo numero de Freires. (1)

§ 29. As apresentações das Igrejas das Ordens ficaraõ incorporadas com as do padroado da Coroa regulando-se pelas Leys, e regras do Padroado Real. Os Cavalleiros se ficaraõ como d'antes armando pelo Rey, ou por ordem d'Elle com exclusiva dos Mestres das Ordens, como estava determinado pelo Senhor Rey D. Affonço 5º (2); e este era o costume antiquissimo do Reyno desde o tempo do Senhor

(1) V. Estatutos da Ordem d'Aviz ttº. 4. cap. 4.

(2) V. Historia Genealogica da Caza Real tom. 3 das Provas liv. 4.—Titulo dos Cavalleiros, e porquem devem ser feitos, e desfeitos pag. 336 ate. 343.

Rey D. Affonço Henriques (1) assim como tambem os Commendadores depois da dita incorporação ficaraõ gozando dos foros, privilegios, izenções, e honras concedidas pelas Leys do Reyno a taes Pessoas ; honras, e privilegios, que só pode dar o Soberano do Estado, e naõ os Mestres das ordens Militares, que como Vassallos nunca tiveraõ, nem podiaõ ter direitos magestáticos.

§ 30. Eisaqui em suma o estado a que ficaraõ reduzidas as Pessoas, e couzas das Ordens Militares pela Bulla da Incorporação, e consolidação dos Mestrados com os Reynos de Portugal, e assim se conservaraõ ate a morte do Senhor Rey D. Joaõ 3º: eu passo a mostrar em suma as mudanças que depois se fizeraõ em prejuizo da Igreja, e do Estado pelos que se propozeraõ a destruir, e separar da Coroa tudo quanto ja nella estava incorporado pela dita Bulla do Papa Julio 3º.

(1) V. Historia da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesu-Christo por F. Bernardo da Costa nº. 39.

§ 31. Os que em outro tempo se diziaão do numero dos—Treze—, e que governavaão as pessoas, e couzas das Ordens, como Despotas, fazendo escudo dos Mestres para, ou se opporem ás determinações dos Reys, e dós Papas (1) ou pelos valimentos delles conseguirem dos Reys (2), e dos Papas tudo quanto quizerão em prejuizo da Igreja, e do Estado: aquelles Despotas, torno adizer, não podendo soffrer a incorporação dos Mestrados com os Reynos de Portugal, trabalharaão logo por separar da Corôa tudo quanto tinha ja sido incorporado, para conservarem na sua dependencia; e hum dos meios de que usaraão foi enganar os Reys com os titulos ja extinctos de Mestre—Governador, e Administrador para os constituirem executores das suas Ordens expedidas de baixo do nome de Consultas.

§ 32. O primeiro passo que deraão foi estabelecer hum Tribunal, que chamasse a si tudo quanto em outro tempo se dizia das Or-

(1) V. Historia Genealogica da Casa Real tom. 2. liv. 3. pag. 561.

(2) V. Estatutos da Ordem de Christo part 3. ttº. 10. § 2.

dens, e dos Mestrados, para o que diceraõ ao Senhor Rey D. Sebastião que seu Avô o Senhor Rey D. João 3º. tinha creado hum Tribunal chamado Meza da Consciencia ; e por que nelle (diziaõ elles), se tratavaõ tambem os negocios das Ordens se ficou chamando o dito Tribunal Meza da Consciencia e Ordens ; mas que como a dita Méza conhecia em huma só, e ultima Instancia, e era muito prejudicial ao direito das Partes ; pediaõ ao Rey, què lhes desse hum Estatuto accomodado ao dito intento com primeira, segunda, e terceira Instancia, e que para maior segurança fizesse confirmar o dito Estatuto pelo Papa que então era Pio 4º. o que assim se fez, e se concedeu, fundado tudo em premissas falsas, e para mais enganarem ao desgraçado Rey quando apenas contava nove annos de idade, o lizon-gearaõ na Supplica que fizeraõ ao Papa com o titulo de Graõ Mestre, que elles lhé deraõ gratuitamente pela primeira vez, pois que ate então nunca tinha havido hum tal titulo em Portugal. (1)

(1) V. a Bulla do Papa Pio 4º. de 6 de Fevereiro de 1563 copiada na Historia Genealogica da Caza Real tom. 3 das Provas nº. 162. pag. 401.

§ 33. Tudo quanto aquelles Impostores disserão ao Senhor Rey D. Sebastião, e principalmente a respeito da creação de huma Meza da Consciencia e Ordens pelo Senhor Rey D. João 3º. era falso: por que he necessario saber-se que o Senhor Rey D. João 3º. vendo que os seus Estados se dilatavaõ, que a Religião se propagava pelos Missionarios protegidos pelo Rey, que se augmentavaõ os negocios ecclesiasticos, e Seculares do commercio, e da guerra, e das Commendas ja secularizadas, negocios muitas vezes complicados, que não corriaõ pelo expediente dos Tribunaes, mas sim que sobiaõ a immediata resolução do Soberano; querendo o dito Senhor resolver tudo com acerto, e socegar a sua consciencia, creou hum Conselho de Estado composto dos Homens mais sabios, e Religiosos daquelle tempo, Bispos, Dezembargadores do Paço, e da Caza da Supplicação, todos de probidade, e da maior confiança do Rey.

§ 34. A este Conselho de Estado deu o Rey o titulo de—Meza da sua Consciencia ou da Consciencia do Rey—a cujos Conselheiros o Rey consultava por palavras, ou por

escripto, juntos, ou em particular sobre os negocios, que lhe parecia (1), e pelá morte do Rey morreu a Consciencia do Rey, e a Meza que só para elle foi creada, assim como tem morrido, e ficado extinctos quaze todos os Conselhos de Estado, ou ao menos sem exercicio pela morte dos Reys, que os nomeiaõ principalmente sendo como craõ, e saõ todos os Conselheiros de Estado Pessoas occupadas em outros grandes Lugares: e os Authores da Supplica feita ao Papa em nome do Senhor Rey D. Sebastião não apresentaraõ ao Rey, nem ao Papa, nem ja mais apresentarãõ o Alvará do Senhor Rey D. Joaõ 3º. pelo qual fosse creado o supposto Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens na forma em que elles maliciosamente o pintaraõ: mas como os que faziaõ Supplicas falsas ao Papa em nome do Rey saõ os mesmos, que os a conselhavaõ, e enganavaõ, tudo conseguiaõ de hum Rey que apenas contava nove annos de idade.

(1) V. a Bulla do Papa Pio 4º. na dita Historia tom. 3. das Provas nº. 163. pag. 404.—*unum ecclesiasticorum virorum tam seclarium quam regularium, Tribunal mensæ regie consciencie nuncupatum ab antiquo fuerat institutum, &c.*

§ 35. Os ditos Impostores depois de terem conseguido pelas suas intrigas a chamada Bulla das Tres Instancias para o estabelecimento do seu Tribunal; trabalharaõ por fazer dependente d'elle tudo quanto em outro tempo se dizia, ou podia dizer das Ordens Militares, e seus Mestrados; e principiaraõ logo pela nomeação das Commendas para o que fizeraõ hum Supplica ao Papa Pio 5º. em nome do Senhor Rey D. Sebastiaõ em que dizia, que tendo sido concedido pelo Papa Leaõ 10 ao Senhor Rey D. Manoel, e aos seus Successores na qualidade de Reys de Portugal, que podessem nomear para as Commendas novas os Militares, que houvessem de pelejar contra os Infeis pelo tempo que a Elles Reys parecesse, ou aos Sugeitos, que Elles julgassem Benemeritos, não se tinha com tudo declarado o tempo, ou o numero dos annos, que deveria pelejar cada hum, nem quaes se deveriaõ dizer os Benemeritos: e que não querendo Elle Rey D. Sebastiaõ transgredir a intenção do seu Antecessor, nem a forma da Bulla do Papa Leaõ 10; pedia a Sua Santidade lhe fizesse as declarações necessarias para salvar a sua con-

consciencia, e as dos Reys seus Antecessores. (1)

§ 36. Por esta Supplica se ve o manifesto engano, que se fez a aquelle desgraçado Rey fazendo-se duvidoso aquillo que nenhuma duvida tinha por que tendo ja o Papa Leaõ 10 deixado o tempo do serviço, e a qualidade dos Benemeritos ao arbitrio do Senhor Rey D. Manoel, e dos seus Successores na qualidade de Reys de Portugal, não havia mais que declarar; e Pio 5º. não era mais Papa do que Leaõ 10: mas como aquelles Traidores não queriaõ que os Reys de Portugal nomeassem as Commendas, nem couza alguma que tivesse relação com as Ordens na qualidade de Reys, mas sim na qualide de Administradores das Ordens (2) fizeraõ a misoellanea, que se ve na dita Supplica.

(1) V. a Bulla de Pio 5º de 5 de Junho de 1568, copiada na dita Historia Genealogica da Caza Real tom. 3. das Provas nº. 165. pag. 407. nas palavras—ac dicto Emmanuelli; et pro tempore existenti Regi, &c.

(2) V. Estatutos da Ordem de Christo, part. 2. ttº. 1.

§ 37. O Papa Pio 5º. que não era o Procurador dos direitos, e regalias dos Reys de Portugal, olhando taõ somente, posto que enganado, para o que se lhe dizia em nome do Rey, declarou que dalli por diante não se podessem nomear para as Commendas, os que não tivessem militado quatro annos, ou ao menos tres; e que os Benemeritos se diriaõ aquelles, que fossem nomeados pelo Rey, e *Administrador* (isto he o que se queria), e como poderia acontecer, que os Reys Administradores, que ate entaõ tinhaõ sido não tivessem observado a forma determinada nas ditas Bullas, e porisso incorrido em algumas censuras, e penas; e os Commendadores por elles nomeados não podessem fazer seus os fructos das suas Commendas; elle Papa graciosamente os havia por absolvidos, e lhes permittia, que podessem fazer seus os fructos ja percebidos (isto he o que tambem se queria); com tanto que dalli por diante em cazo de guerra estivessem promptos para servir ao Rey, e *Administrador*. (1)

(1) V. dita Bulla de Pio 5º. copiada na dita Historia Genealogica nas palavras—Nos ad quorum auctoritatem, &c.

§ 38. Esta mistura de Rey como Administrador he o que se queria para se fazer desaparecer o Rey, e transformar-se em Mestre, e finalmente em—Graõ-Mestrado—(1): as falsidades, e subterfugios de que se usou para se obter a dita Bulla de Pio 5º são outras tantas provas 1º. da má fé dos que se dizem Defensores das Ordens Militares contra direitos expressos, quando allegaõ privilegios, Breves, e Bullas Apostolicas sem nunca os apresentarem, nem consentirem-que ellas sejaõ examinadas: 2º que Conselheiros da Meza da Consciencia do Senhor Rey D. Sebastião ou não eraõ os mesmos da Meza da Consciencia do Senhor Rey D. João 3º; ou ja todos tinham mudado de consciencia, e deixado de ser Conselheiros do Rey; mas sim Procuradores das Ordens.

§ 39. Tendo os Fundadores do—Graõ-Mestrado—conseguido ter hum Tribunal proprio para a execuçaõ das Ordens do seu Imperio, não só no temporal, mas tambem no

(1). V. Estatutos da Ordem de Christe part. 2. ttº. 1, e seguintes.

espiritual em todo o rigor da palavra (1), o que nunca tiveraõ em outro tempo, pois que os mesmos Mestres de cada huma das Ordens Militares quando queriaõ alguma couza pediaõ aos Reys por favor (2) e tendo ja conseguido metter na sua dependencia as Commendas, e tudo quanto a ellas se dissesse pertencer, conhecendo que era necessario ter hum Codigo particular para o seu governo fizeraõ de sua propria auctoridade Leys, Regimentos e Definições com o nome de Estatutos (3) nos quaes determinaraõ que ninguem podesse ter Commendas, nem pensões sem o habito da respectiva Ordem (4) e para sugeitarem os Commendadores, e Cavalleiros ás Ordens do seu—Graõ-Mestrado—fizeraõ reviver, e com juramento os antigos votos religiosos, e de obediencia ao Mestre com huma tacita exclusiva do Rey (5)

(1) V. Estatutos d'Aviz ttº. 3. cap. 31. no fim, e cap. 37. e Estatutos da Ordem de Christo part. 3. ttº. 1.

(2) V. Estatutos da Ordem de Christo part. 3. ttº. 10. § 2.

(3) V. o. Prologo dos Estatutos d'Aviz.

(4) V. ditos Estatutos da Ordem de Christo part. 2. ttº. 7.

(5) V. Estatutos d'Aviz ttº. 3. cap. 17, e ditos Estatutos de Christo part. 1. ttº. 6. 7, e 8.

naõ obstante terem ja sido extinctos os ditos votos como acima fica mostrado, e se iufere dos mesmos Estatutos da Ordem de Christo. (1)

§ 40. Ecomo os Senhores Reys D. Manoel por virtude da dita Bulla de Leaõ 10, e D. Joaõ 3º. por virtude da Bulla de Incorporação davaõ como Reys as Commendas, e Pensões sem habitos (2) determinaraõ que só o Mestre ospodesse dar, e mandar armar Cavalleiro. (3)

§ 41. Por estes criminosos procedimentos vieraõ aquelles Traidores, unidos com a Meza da sua fabrica, naõ só a subtraírem os Vassallos do Rey para os constituir Subditos do seu —Graõ-Mestrado—mas tambem a privarem os

(1) V. ditos Estatutos de Christo part. 1. ttº. 22. nas palavras—considerando o estado em que ella (Ordem) oje está, e que os Novigos Cavalleiros naõ estão no Convento; nem fora tem preceptos decalidade por que naõ hajaõ de permanecer na Ordem.

(2) V. Estatutos d'Aviz ttº. 5. Dif. 5.

(3) V. ditos Estatutos d'Aviz ttº. 3. cap. 14, e ditos Estatutos da Ordem de Christo part. 1. ttº. 20, 21, e 22.

Reys de Portugal do direito, e prerogativas de armar, ou mandar armar Cavalleiros aos seus Vassallos (1) que se distinguem na guerra, ou na paz por feitos heroicos, ou servicos relevantes.

§ 42. O direito de armar Cavalleiro he inseparavel da Soberania, e de que sempre usaraõ os Reys de Portugal ate antes da metamorfose fabricada pelos Inimigos da incorporação dos Mestrados a Coroa desde à Menoridade do Senhor Rey D. Sebastião: he hum direito de que usaõ todos os Soberanos da Europa, e de que muito se honraõ os seus Vassallos, quando saõ armados Cavalleiros pelas mãos dos seus Soberanos, ou de alguns Generaes por Elles mandados..(2)

§ 43. He em fim necessario desmascarar esta impostora Meza, que me accusou nas suas Consultas dizendo ter eu com muito maior valor, e energia de expressões atacado as prerogativas do—Graõ-Mestrado—: eu lhe vou

(1) V. Estatutos d'Aviz ttº. 3. cap. 17. na Adição.

(2) V. § 2º acima.

rasgar a mascara com o seguinte dilema—ou a Meza da Consciencia, e Ordens entende por —Graõ Mestrado—o Soberano de Portugal, ou naõ?

§ 44. Se entende pelo Soberano de Portugal; por que me accusa quando defendo os direitos do Soberano de Portugal no meio das baionetas Inimigas? quando sustento com valor, e energia, que os dominios, terras, e Conquistas Ultramarinas saõ do Soberano de Portugal, e naõ da Ordem de Christo, como dizia a Meza da Consciencia e Ordens, e seus Doutores (1)? e quando sustentento que os Habitantes daquelle Continente devem ser regidos, e governados pelas Leys, e Ordenações do Reyno de Portugal, e naõ pelas Provisões da Meza da Consciencia e Ordens? (2)

(1) V. a Refntação do Doutor Dionizio no § 16 nas palavras —a Igreja do lugar chamado Pau d'Alho no Bispado de Pernambuco... he da Ordem (de Christo) por estar em terras suas—

(2) V. dita Refutação no lugar citado—e por naõ saber tambem (o Bispo) que a vista do direito particular das Ordens naõ tem lugar o disposto na Ordenação liv. 1. ttº. 62. § 39. ate 43. sobre que a Allegação (do Bispo) se estabelece para justificar o

§ 45. E se a dita Meza não entende o—Graõ-Mestrado—pelo Soberano de Portugal, como pertende ella que o Soberano de Portugal castigue hum Vassallo, que não cometteu algum crime contra Elle, nem contra os seus Estados? Logo huma de duas, ou a Meza da Consciencia e Ordens deve confessar, que ella he huma calumniadora, e por consequencia sugeita a pena de Taliaõ, e ás impostas por todas as Leys contra os calumniadores, e contra os que dizem mentira ao Rey; ou que he huma usurpadora dos Direitos Magestáticos, e por consequencia sugeita as penas impostas contra os Rey de Leza-Magestade: e em ambos os cazos huma Impostora, que não tem feito mais do que enganar os Soberanos, e os Papas para os fazer os Instrumentos da usurpação, e do despotismo della Meza debaixo do fingido nome de—Graõ-Mestrado—, que não he Rey, nem he Papa, mas sim ella mesma Meza, cuberta com huma capa de furtacores; como passo a mostrar.

seu procedimento;—e qual he o direito particular das Ordens? não o diz nem dirá.

§ 46. Foi muito publico, e notorio neste Reyno no tempo da invasão dos Francezes que a Meza da Consciencia e Ordens fez Consultas de seu motu proprio, e passou Cartas de Apresentações de algumas Igrejas, e Beneficios, que se diziaõ das Ordens Militares, e as fez assignar pelo General Junot, como Lugar-Tenente de Bonaparte, vindo ella desta sorte, e sem que fosse obrigada, a mete-lo de posse do que ella chama—Graõ-Mestrado—, e a confessar publicamente que ella reconhecia a Bonaparte como Legitimo Rey de Portugal, pois que só ao Legitimo Rey de Portugal pertence o padroado, e a appresentação das ditas Igrejas, e Beneficios, e a assignatura de taes Cartas.

§ 47. O Uzurpador, ou o seu Satellite pela sua parte que só tratava de se metter de posse de Portugal, não hezitou em acceitar a offerta, que com tanta liberalidade lhe fez a dita Meza, nem se cançou em perguntar por que titulo lhe pertencia a assignatura de taes Cartas de apresentações; e a Meza da Consciencia e Ordens pela sua parte não se cançou tambem em examinar se Bonaparte era, ou não o legitimo Soberano de Portugal, só sim que elle lhe ac-

ceitasse as suas Consultas, ainda que para isso não fosse mandada, que lhe assignasse as Cartas por ella passadas em favor dos seus Afilhados, no que ella faz consistir huma grande parte da sua dependencia; e que em fim a reconhecesse por Tribunal Supremo no espirital, e temporal de huma auctoridade fantastica a que ella chama—Graõ—Mestrado—para com ella impor, e enganar aos Papas, aos Reys, e a todo Portugal (1).

§ 48. Aquelle Uzurpador não só estava por tudo quanto queria, e lhe propunha a dita Meza, mas tambem apoyava a ella, e aos seus Doutores para sustentarem a sediciosa opiniaõ de que o padroado das Igrejas, e o dominio das Terras, e Conquistas Ultramarinas de Portugal são da Ordem de Christo; e se governaõ pelo direito particular das Ordens, e não pelas Ordenações do Reyno (2), e que os

(1) V. os §§ 43, e seguintes.

(2) V. a Refutação do Doutor Dionizio no § 16 nas palavras —a Igreja do lugar chamado Pau d'Alho no Bispado de Par-nambuco...he da Ordem por estar em terras suas...a vista do direito particular das Ordens não tem lugar o disposto na

Reys de Portugal só tem a administração dellas por concessão da Sé Apostolica; á qual diz a dita Meza, e seus Doutores, pertence tudo quanto se diz da Ordem de Christo (1) e todo o Ultramar. (2)

§ 49. E como Bonaparte naquelle tempo tinha nos seus ferros o Papa ja se preparava para extorquir delle huma Bulla pela qual o nomeasse Governador, e Administrador não só dos bens, terras, e padroados que se diziaõ das Ordens Militares em Portugal, mas tambem de todas as terras, dominios, e Con-

Ordenação—Note-se mais que os ditos Doutores entendem por direito particular das Ordens os Estatutos das Ordens Militares, V. dita Refutação no § 16 onde cita o Definitorio d'Aviz, feitos sem alguma authoridade. V. o seu Prologo.

(1) V. ditos Estatutos da Ordem de Christo part. 3. tit. 10. § 1. no fim nas palavras—depois da sua extincção (dos Templarios os bens que lhes tinhaõ sido doados) não ficarão dos Reys, e Reyno, que as haviaõ doado, senão da Santa Sé Apostolica, que por graça particular os applicou á nossa Ordem de Christo—He necessario advertir-se que a chamada Bulla da Fundação da Ordem de Christo com que ella tanta bulha fez ficou revogada, e extincta pela outra da Incorporação, e consolidação de todos os Mestrados com os Reynos de Portugal.

(2) V. o § 2º. acima.

quistas Ultramarinas, e padroados, que se dizem da Ordem de Christo para depois se dizer Senhor, e Imperador de tudo como ja se dizia de toda a Hespanha, e de suas Conquistas Ultramarinas pela extorquida cessaõ de Carlos 4º.; e desta sorte fica evidente que conforme a doutrina, e principios da Meza da Consciencia e Ordens, e de seus Doutores, hum Usurpador dos Reynos, e Conquistas de Portugal, e o que ella entende por—Graõ Mestrado de Portugal—he a mesma couza.

§ 50. Para sé evitar para o futuro hum semelhante acontecimento, ou fosse por malicia de alguns Commendadores, ou por ignorancia dos Reys, e dos seus Conselheiros, que de novo entrassem para o governo do Estado he que o Senhor Rey D. Manoel com muita prudencia, e sabedoria deixou recomendado no seu Testamento a seu Filho o Senhor Rey D. Joaõ 3º. que logo que vagassem todos os Mestrados das Ordens Militares de Portugal os fizesse metter na Coroa; e isto he o qué Elle fez supplicando, como supplicou ao S^{mo}. Padre Julio 3º. a incorporação, e consolidação de todos os ditos Mestrados com os Rey-

nos de Portugal: e por conhecer o mesmo Papa a justiça da Supplica do Senhor Rey D. João 3º. assim lhe concedeu pelas rasões que Elle expõe na sua mesma Bulla, (1) e porisso se ficou denominando a dita Bulla—o Padraão do Senhor Rey D. João 3º.—e com rasaão por que a politica, e a dexteridade com que Elle manejou aquella incorporação o fará para sempre memoravel na Historia dos grandes Reys de Portugal.

§ 51. A Mezã da Consciencia e Ordens mantumunada com os grandes Commendadores do numero dos—Treze—inimigos jurados da incorporação, e consolidação dos Mestrados com os Reynos de Portugal (2) sempre tiveraõ por maxima fazer persuadir aos que de novo entravaõ no Governo de Portugal (ainda que Usurpadores do Reyno) que nada podiaõ fazer, nem mandar a respeito das Ordens Militares como Reys, e só sim como Governa-

(1) V. a Bulla da Incorporação dos Mestrados com os Reynos de Portugal nas palavras—Nos attendentes quod si Magistratus, &c.—V. a minha Analyse a dita Bulla.

(2) V. o Prologo dos Estatutos da Ordem d'Aviz.

dores, e Administradores dellas, e taõ somente por consulta, approvaçaõ, ou consentimento della Meza debaixo da pena de nullidade, e de pecado mortal com que ficariaõ gravadas as suas Conscieneias (1), e por isso logo que Felippe 1º. conseguiu a usurpaçaõ de Portugal, ellá Meza, e seus Consocios para se conservarem tambem na usurpaçaõ que faziaõ á Coroa lhe fizeraõ persuadir que os Mestrados de Portugal eraõ hum corpo separado do Reyno de Portugal, e que era necessario fazer-se huma reforma nas Ordens Militares (2). O mesmo praticou a dita Meza, e seus Consocios com Felippe 2º. (3).

§ 52. O mesmo praticaraõ com Felippe

(1) V. Estatutos da Ordem de Christo part. 1. ttº. 5. part. 2. ttº. 2.

(2) V. ditos Estatutos part. 1. ttº. 3.—o decimo quinto Governador foi El Rey D. Felippe 1º..em cujo tempo por seu mandado se principiou a reforma da Ordem a que agora (em Madrid a 30 de Mayo de 1627) se deu fim.

(3) V. ditos Estatutos no lugar citado nas palavras—tanto que entrou em Lisboa Felippe 2º. mandou á Meza das Ordens que preparasse, e ordenasse o que fosse necessario para fazer capitulo.—

3º. em cujo tempo conseguiraõ a dita Meza, e seus Consocios a approvaçaõ dos Estatutos das tres Ordens Militares de Portugal no mesmo dia, mez, e anno em 3º. de Mayo de 1627, que era o que ella Meza, e seus Conso-
cios mais desejavaõ para terem hum Codigo, e hum Tribunal da sua facçaõ, e por elle fazerem sustentar a sua usurpaçaõ feita a Coroa, e terem hum titulo, com que impor aos Portuguezes em Portugal, que naõ sabiaõ das maquinações, que se faziaõ em Madrid pelos traidores, e vis adultores daquella Corte, sendo hum dos seus primeiros Protectores o celebre Fr. Francisco de Lucena Commenda-
dor da Véntoza, e de Santa Comba dos Valles, e que se dizia do Conselho de Felippe 3º. seu Secretario de Estado, e das Ordens (1), e que por traidor ao seu legitimo Soberano foi degolado na Praça de Lisboa com hum cutello que elle tinha mandado fazer para se cortar a cabeça a hum seu Antagonista (2).

(1) V. os Estatutos da Ordem de Christo, de Santiago, e de Aviz no fim.

(2) V. Portugal Restaurado.

§ 53. Eis aqui a origem, e o estabelecimento dos famosos Estatutos das Ordens Militares de Portugal, que por outro nome se dizem—o Direito particular das Ordens—(1) feitos por huns poucos de Intrigantes sem alguma auctoridade pontificia para o que dizia respeito as espiritualidades, e a jurisdicção ordinaria dos Bispos, nem Regia, ainda mesmo dos ditos Usurpadores; pois que, ainda que nos ditos fabricados Estatutos, capitulos, Definições se dizem mandados fazer pelos Felippes, deviaõ juntar a elles essas suppostas Ordens, ou Alvarás pelos quaes se diziaõ mandados fazer esses capitulos geraes, e Estatutos de que fazem menção; e ainda que os ajuntassem de nada valeriaõ sem que pelas duas legitimas Authoridades Regia, e Pontificia se fizesse huma expressa derrogação de tudo quanto estava determinado pela dita Bulla da incorporação dos Mestrados com os Reynos de Portugal (2); E pelo que pertencia

(1) V. o § 48 acima.

(2) V. dita Bulla da Incorporação no N.º. 56 nas palavras—*Quodque de Magistratibus hujusmodi, vella tñs beneficiis ecclesiasticis*—V. § 23.

a jurisdicção ordinaria dos Bispos nenhuma authoridade tinha Felipe 3º., que se diz approvador dos ditos Estatutos, para legislar sobre ella sem ao menos ouvir os Bispos de Portugal, e elles darem a sua acceitação.

§ 54. Eisaqui o—direito particular das Ordens—contra o qual diz a Meza da Consciencia e Ordens, e seus Doutores não tem lugar o Direito Canonico, o Concilio Tridentino, e as Ordenações do Reyno de Portugal (1) e o mais he que por este chamado direito particular das Ordens se está julgando nos Tribunaes de Portugal contra direitos imprescriptiveis dos Reys, e dos Bispos para nossa vergonha eterna (2).

(1) V. § 48 acima, e os Estatutos d'Aviz ttº. 1; cap. 7. p. 13. Sº. nas palavras—Mandou El-Rey como Governador do Mestrado a Martim Gonçalves da Camara, &c.; foi este hum dos mais validos d'El-Rey D. Sebastião, e hum dos maiores inimigos da incorporação dos Mestrados com os Reynos de Portugal, e o que emfim sepultou a gloria, eo Throno de Portugal nos Campos de Alcaçar Quivir.

(2) V. Osorio de patronat. reg. resol. 65. nº. 19. resol. 77. nº. 21. resol. 89. per tot.

§ 55. Nem se diga que tudo quanto fez o Senhor Rey D. Sebastião desde a sua Menoridade, e os Felippes em todo o tempo da sua usurpação a respeito das Ordens Militares ficou revalidado ao menos tacitamente pelo Senhor Rey D. João 4º., e seus Successores até hoje, por que todos elles foraõ, são, e seraõ sempre enganados pela dita Meza, e seus Consocios em quanto ella existir, assim como foi o Senhor Rey D. Sebastião, e os mesmos Felippes como fica mostrado. Alem de que o Senhor Rey D. João 4º. logo que sobio ao Throno de seus Avós protestou que não admitiria Ley alguma dos Felippes, ainda que feita em Cortes; e só sim as que se achassem incorporadas nas Ordenações chamadas Felippinas até o anno de 1603 (1) por serem huma compilação das antigas Leys de Portugal, e dos Codigos do Senhor Rey D. Affonso 5º. e D. Manoel: e porisso todos os Estatutos das Ordens Militares as Bullas, e Breves Pontificios, Leys, Alvarás, e Decretos quaesquer que elles sejaõ ainda que se digaõ mandados ex-

(1) V. o Alvará de Confirmação de 1643 posto na frente das ditas Ordenações chamadas Felippinas.

pedir pelos Legítimos Soberanos de Portugal a respeito das Ordens Militares depois da dita Bulla, e Padraão do Senhor Rey D. João 3º. se devem julgar obreptícios, e subreptícios, e como taes nullos, e de nenhum effeito na forma da Ley do Reyno (1).

§ 56. Eu por que no Commentario que fiz para intelligencia das Bullas, e Documentos que o Doutor Dionizio amontoou na sua chamada Refutação contra a minha Allegação Juridica, sustentei, e defendi com maior valor, e energia (2) na presença do Usurpador os direitos, e Dominios das Conquistas Ultramarinas padroados, regalias, e prerogativas do Principe Nosse Senhor, como Legítimo Regente da Soberania de Portugal, e contra o fantasma do—Graão-Mestrado—(3) fui publicamente reprehendido, e castigado sem ser ouvido, e por huma simples Consulta; ou para melhor dizer por huma falsa accusação da

(1) V. os §§ acima 31, e seguintes.

(2) V. as expressões da Carta Regia acima copiada.

(3) V. os §§ 43 ate 45 acima.

Meza da Consciencia e Ordens, e em hum negocio em que ella por sua authoridade propria se tinha constituido Juiza, Conselheira, e Parte interessada na usurpação contra a Corôa.

§ 57. A Meza da Consciencia e Ordens, e o seu Doutor Dionizio por que lisongearão ao Usurpador de Portugal com os seus vis procedimentos, e com a sua sediciosa doutrina do —Graõ Mestrado—; foi o seu Doutor premiado com o Priorado de Alvaiazere; e a ella Meza se deraõ muitas satisfações pela injuria, que dizia eu lhe tinha feito, (1) e ainda não satisfeito o seu orgulho, e soberba com tantos açoutes, e bofetadas que por seu respeito se me deraõ como ella diz, tem por toda a parte espalhado copias da dita Carta Regia, que lhe foi dirigida, das quaes me veio remettida huma debaixo de hum subscripto sem nome.

§ 58. Esta Carta authorizará a Meza da Consciencia e Ordens para debaixo do titulo de Consulta ser Accusadora, Juiza, Consel-

(1) V. a dita Carta Regia acima copiada.

heira e Parte contra os Bispos de Portugal, e sem serem ouvidos, nem mesmo os Procuradores Regios; por que segundo os principios della Meza, e seus Doutores nos negocios do—Graõ Mestrado—não devem elles serem ouvidos; esta Carta sera mais hum monumento eterno dos chamados direitos das Ordens Militares contra os direitos imprescriptiveis da Coroa, e dos Bispos da Igreja Lusitana, aos quaes a dita Meza por si, e por seus Protectores trabalhou sempre por desacreditar, e pôr de má fê na Presença dos Soberanos accusando-os de Usurpadores dos direitos do enigmatico—Graõ Mestrado—(1). Eisaqui o como são enganados os Soberanos pelos vís Intrigantes, e Traidores; e sacrificados os Vassallos fiéis, e honrados, e que bem servem ao seu Legitimo Soberano, e á sua Patria. Eu vou dar as rasões, que tive para fazer imprimir o meu dito Commentario, e outras algumas obras minhas no tempo do Governo Uzurpador.

§ 59. Todos os que me conhecem, viraõ

(1) V. os §§ 43, 44, e 45.

que no tempo, em que entraraõ os Francezes em Lisboa eu me achava naquella Cidade; e que sempre me conservei em huma vida retirada, fugindo de me encontrar com os Francezes, de tal sorte que sendo avizado como Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para assistir a alguns actos della no tempo dos Francezes, ninguem dirá com verdade que nella me visse, nem se mostrará assignatura alguma minha nos livros das Sesses della que entã se faziaõ. Depois de quaze seis mezes da entrada delles, huma cazualidade me fez conhecido de alguns delles, e foi o cazo.

§ 60. Hum creado meu tendo-se achado em huma bulha contra hum Soldado Francez, querendo os Guardas da Policia prendello, fugio; e constando-me que o dito creado não tinha culpa, fallei ao Novion entã Comman-dante dos ditos Guardas, e lhe fiz ver que o dito creado não era dos da bulha, e que alli se achara cazualmente, e que porisso lhe pedia que mandasse passar òrdem para que se não procedesse contra o dito creado; ao que elle annuo: mas ao tempo em que eu me des-

pedia delle, chegou hum Official Francez, que eu não conhecia, e me disse o dito Novion, que era hum Conselheiro Ajudante de Ordens do General Junot chamado Carion Nizás ; e voltando-se para elle lhe disse que eu era Bispo d'Elvas, e que ja tinha sido de Pernambuco.

§ 61. O dito Official como admirado me perguntou se eu era o Bispo de Pernambuco, que tinha feito algumas obras sobre os interesses de Portugal, e de suas Colonias traduzidas em Francez por Mr. Link ? respondi-lhe que sim : disse elle então que o General Junot tendo-lhe recomendado que procurasse o Author das ditas obras lhe disseraõ que era o Bispo de Pernambuco ; e tendo-lhe outras Pessoas dito que o Bispo de Pernambuco ja tinha partido para o Brazil, elle deixara de fazer mais alguma diligência a este respeito : e que estimava ter tido aquella occasião de me conhecer.

§ 62. Passados alguns dias foi o dito Official a minha caza ; e dice-me que queria ver a minha livraria ; respondi-lhe que eu tinha feito della doação ao Seminario, que eu

tinha creado em Pernambuco, e que porisso só lhe poderia mostrar alguns poucos do meu uso : o dito Official depois de folhear alguns delles muito á pressa, disse-me que sabia que eu tinha escripto mais algumas obras, e que as queria ver : eu que de nada me temia, lhas mostrei todas francamente.

§ 63. O dito Official depois de folhear algumas, succedeu pegar no Commentario, que eu tinha feito em resposta a Refutação do Doutor Dionizio contra a minha Allegação Juridica : mas vendo elle logo no principio, que eu dizia, que o dominio das terras, e Conquistas Ultramarinas era dos Reys de Portugal, e não da Ordem de Christo (1) se voltou para mim, e dice-me como admirado, que eu estava enganado ; porque Pessoas (dizia elle) intelligentes na materia lhe tinhaõ dito, e ao General Junot que o dominio das ditas terras, e Conquistas he da Ordem de Christo, e não dos Reys de Portugal, os quaes só as tem como Governadores, e Administradores dellas por Bullas da Sé Apostolica, e esta tem sido

(1) V. o dito Commentario no § 1. pag. 1.

sempre a doutrina da Meza da Consciencia e Ordens. (1)

§ 64. Eu desconfiando que o Usurpador de Portugal se preparava para extorquir do Papa alguma Bulla para debaixo do paleado titulo de Governador, e Administrador da Ordem de Christo colorar os titulos da sua usurpação, e pôr em revolução até mesmo os Estados Ultramarinos de Portugal; respondi ao dito Official, que as Pessoas que assim o informavaõ, e ao seu General, ou não sabiaõ o que diziaõ, ou que os queriaõ enganar, e pegando eu no mesmo Commentario que elle tinha nas mãos lhe fui nelle apontando, e mostrando os erros dos que espalharaõ aquella falsa doutrina: e esta foi a rasaõ por que a Meza da Consciencia e Ordens tanto trabalhou para que o meu dito Commentario fosse, como foi, supprimido e que só corra pelas mãos de todos a sua impostora Refutação de baixo do nome do Doutor Dionizio. (2)

(1) V. os §§ 43 ate 49.

(2) V. a Carta Regia acima copiada nas, palavras—faças

§ 65. O dito Official, ou porque se persuadissem das minhas razões, ou por que as quizesse examinar mais devagar com os seus Socios, e Conselheiros, disse-me que queria tres collecções de todas as minhas obras, huma para elle, outra para o General Junot, e outra para Herman, que então se dizia Inspector Geral do Erario, e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno: ao que respondi que das obras impressas tirasse as que quizesse; mas que a respeito dos meus manuscritos eu lhe rogava que me permitisse que eu os podesse guardar: disse elle que se poderiaõ imprimir, e delles se tirarem quantos exemplares se quizesse: eu lhe disse que em Portugal não se imprimiaõ livros sem licença do Governo, ao que me respondeu que os mandasse eu logo imprimir que elle me remettersa a licença necessaria.

§ 66. Sendo porem passado algum tempo, sem que me viesse a promettida licença, eu

recolher á Secretaria dos Negocios do Reyno todos os exemplares da obra que fez imprimir o mesmo Rev.^{do} Bispo com o titulo acima referido.

que não queria fazer despesas debalde, nem que se me fizesse alguma culpa por não ter eu mandado imprimir os ditos manuscriptos, escrevi ao dito Official dizendo que ou me remettersse a dita licença, ou huma declaração por escripto, pela qual me dispensasse da obrigassão, em que me tinha posto de fazer eu imprimir as ditas Obras.

§ 67. Respondeu-me por huma Carta muito attenciosa dizendo-me, que por ter estado muito occupado não me tinha logo remettido a licença que eu pedia, mas que com aquella sua Carta me remetitia a licença para que qualquer Impressor aquem ella fosse apresentada podesse imprimir, não só todas as minhas Obras, mas tambem todas as que por mim fossem assignadas, ficando eu por ellas responsavel ao Governo: mostrei a dita licença aos Impressores, e lhes entreguei as minhas ditas Obras para as imprimirem, as quaes todas eu já tinha feito no tempo em que ainda Sua Alteza Real se achava em Portugal, e que por falta de occasião não lhas tinha apresentado para a licença. (1)

(1) V. o Alvará extraído da Torre do Tombo junto ao

§ 68. Depois tendo eu partido para Elvas me escreveu hum dos ditos Impressores Antonio Rodrigues Galhardo dizendo que para sua descarga lhe remetteste a licença que eu lhe tinha mostrado ; eu que tambem a queria conservar para minha descarga, e não a queria fazer publica apresentando-a a hum Tabelião, que eu não conhecia, mandei que o meu Escrivão da Camara, que tem fé publica, passasse na minha presença huma publica forma da dita licença, que remetti ao dito Galhardo : appareça a dita licença, ella por si mesmo dirá que he huma publica forma, e não huma certidão extraida de algum livro de Registo ; appareção as minhas obras, ellas faraõ ver que eu não posso ser accusado sem mentira dos meus Accusadores (1). Eis aqui a verdadeira historia da famosa licença do Usurpador, com que tanta bulha fez a chamada Meza da

meu dito Commentario pag. 88, mandado passar por Ordem do Principe Regente Nosso Senhor por Francisco Feliciano Velho que servia de Guarda Mor da Torre do Tombo em 28 d'Abril de 1807.

(1) V. a dita Carta acima nas palavras—fazendo registalla na Camara Episcopal para a todo o tempo constar a sua ousadia,—

Consciencia e Ordens para me desacreditar na Presença do meu Augusto Soberano, e não ser eu acreditado contra ella.

§ 69. Mas supponha-se por hum pouco que eu não fui mandado pelo Governo Usurpador, que fizesse imprimir as minhas ditas Obras; supponha-se mesmo que eu muito de proposito pedi a dita licença: que mal fiz eu, ou que crime cometti eu em defender, e sustentar com valor, e energia (1) os direitos, e os Dominios do meu legitimo Soberano á vista, e face do mesmo Usurpador, no meio das suas baionetas, e quando a Meza da Consciencia e Ordens, e o seu Doutor Dionizio em nome da Ordem de Christo, aquem ella

(1) V. a dita Carta Regia acima: nas palavras—se afoitou (o Bispo) não só a fazer imprimir a mesma Allegação Juridica....ingerindo-a na obra que escreveu, e denominou Commenario para intelligencia das Bullas....sobre o padroado das Igrejas, e Benefícios do Cabo de Bojador para o sul sobre a jurisdicção dos Bispos Ultramarinos, sobre (note-se) o Senhoria, e Dominio das Conquistas....mas tambem a sustentar a mesma doutrina (note-se) desaprovada (pela Meza da Consciencia e Ordens, e seu Doutor Dionizio) com muito maior valor, e energia de expressões.—

dizia pertencer tudo, os estava offerecendo, e vilmente entregando ao infame Usurpador?

(1) Eu passo a fazer huma breve narraçã dos factos que deraõ causa a guerra, e perseguiçã que me tem feito a dita Meza desde que fui Bispo de Pernambuco.

§ 70. A Meza da Consciencia e Ordens ou seja por malicia, ou por ignorancia tem sempre trabalhado por fazer persuadir a todos que o dominio das Terras, e Conquistas Ultramarinas, e o padroado d'aquellas Igrejas saõ da Ordem de Christo—pleno jure—; e conforme a este principio, porque eu como Bispo que entãõ era de Pernambuco me oppuz a elle, se declarou ella minha inimiga ate o ponto de fazer queixas, e accusaçõs contra mim com o nome de Consultas, e sem eu ser ouvido, nas quaes disse quanto quis a S. Alteza Real e que os Bispos Ultramarinos eraõ Prelados da Ordem de Christo (2), e que como taes saõ amoviveis ad nutum pelo simples

(1) V. os §§ 46. ate 49.

(2) V. Estatudos da Ordem de Christo part. 3. ttº. 12.

arbitrio do Graõ-Mestre, e sem que elles sejaõ ouvidos, do que resultou nomear Sua Alteza Real para Bispo de Pernambuco o P.^o Mestre Santa Éscolastica Religioso Benidictino, e sem que eu de nada fosse sabedor.

§ 71. Sendo remettida a nomeaçaõ de Sua Alteza Real para Roma no tempo em que era Nuncio Apostolico em Portugal o hoje Em^{mo}. Paca, duvidou o Papa acceitar a dita Nomeaçaõ por não constar achar-se vago aquelle Bispado pela minha morte, ou pela minha desistencia por escripto: a dita Meza devendo envergonhar-se, e corregir-se do seu erro, pelo contrario continuou dizendo a Sua Alteza Real que o Papa não sabia dos privilegios, e prerogativas do-Graõ Mestrado de Portugal—(eo mais he que ella diziabem, por que só ella sabe de huma tal Monita Secreta, e de huma doutrina taõ absurda) e que era necessario que o dito Religioso fosse nomeado para o Arcebispado da Bahia entaõ vago; para que não ficasse sem effeito a primeira nomeaçaõ de Sua Alteza Real deixando por entaõ ficar como amortecido, para fazer reviver quando tiver occasiaõ,

o seu absurdo principio, de que o Graõ Mestre pode excluir ad nutum dos seus Bispados os Bispos da apresentação do Rey; ou que o Graõ Mestre pode mais nos Estados do Rey, do que o mesmo Rey.

§ 72. Vendo a dita Meza que a sua intriga contra mim não produzio por então todo o effeito que ella desejava, trabalhou de novo pelos seus Protectores, Consocios, e Adeptos para que Sua Alteza Real me nomeasse para Bispo de Miranda, e Bragança, dizendo estar vago aquelle Bispado, quando todos sabem que desde então ate hoje, ainda se acha em Sé plena. Deste segundo engano resultou nomear-me S. Alteza Real para o dito Bispado por hum Carta assignada pelo Seu Regio Punho em que se dignou honrar-me com o titulo de —Amigo—e do seu Conselho—e que viesse para disboa com a maior brevidade possivel: (este era o objecto da intriga da dita Meza por que não queria que nos Dominios Ultramarinos, que ella dizia da sua Ordem de Christo, houvesse hum Bispo, que não queria obedecer ás suas Ordens.)

§ 73. Logo que recebi a dita Carta Regia mandei chamar o Cabido, e lha-fiz ler, e na presença de todos nomeei hum Governador d'aquelle Bispado, para que em meu nome, e na minha ausencia o ficasse regendo, e governando ate nova resolução sobre aquelle negocio, de que eu avisaria a seu tempo; e depois de recommendar a todos a paz, e a uniaõ, e de dar as providencias necessarias para que aquelle Bispado se conservasse em socego, e quietação parti para Lisboa; e logo que cheguei fui mandado beijar a Mão a Sua Alteza Real, que entaõ se achava em Quélús onde se dignou receber-me com a sua costumada Benignidade, fazendo-me a honra de me dizer que estimava que eu tivesse chegado de saude, e que me queria mais perto de Si: estas expressões muito publicas de hum Soberano que honrava a hum Vassallo, que o tinha servido bem em partes taõ distantes, e a lem dos mares, desafiaraõ mais contra mim a raiva dos Defensores dos Dominios, e Conquistas Ultramarinas do—Graõ Mestrado.

§ 74. Adita Meza sempre afferrada ao seu

absurdo sistema de que logo que o Graõ Mestre nomeia hum Bispo do Ultramar para outro Bispado, ipso facto fica logo vago esse Bispado, e devolvida a jurisdicção episcopal a ella Meza como Tribunal Supremo, e independente que ella se diz no espirital, e temporal do—Graõ Mestrado—; expedio Ordens ao Cabido de Parnambuco, considerando—o como em Sé vacante para que pozesse a concurso as Igrejas, e Beneficios daquelle Bispado que estivessem vagos, ou fossem vagando, sem que eu fosse ouvido em couza alguma.

§ 75. Tendo eu noticia da desordem, e perturbação em que se achava aquella Igreja, e que ja ameaçada de hum scisma apoiado pela dita Meza da Consciencia aquelle Bispado marchava a passos largos para se precipitar na anarchia para depois se dizer que eu de tudo tinha a culpa, dei parte a Sua Alteza Real dos despotismos da dita Meza, e lhe pedi licença para por via da imprensa fazer a todos publico que o Dominio das Terras, e Conquistas Ultramarinas, e o padroado de todas aquellas Igrejas, e Beneficios do Cabo de Bojador para o

Sul (das quaes eu então so tratava como Bispo do Ultramar) eraõ da Coroa, e não da Ordem de Christo ; e que a respeito das ditas Igrejas, e Beneficios não tinha a dita Meza jurisdicção alguma, e só sim os seus respectivos Bispos.

§ 76. Sua Alteza Real, attendendo á justiça da minha Supplica, e ao bem que della resultava aos interesses da sua Coroa, e dos seus Vassallos mandou que eu fallasse ao Ministro de Estado, que então era dos Negocios do Reyno o Ex^{mo}. Visconde de Balsamaõ ; ao qual apresentando eu a minha Allegação Juridica sobre os ditos objectos mandou expedir hum Avizo para que a dita Allegação se podesse imprimir, e em execução delle foi a dita Allegação impressa pelo bem conhecido Impressor Antonio Rodrigues Galhardo em 1804: e apresentando-a eu ja impressa, e com huma Dedicatoria a Sua Alteza Real em hum audiencia publica em Quélús foi o mesmo Senhor servido acceitar benignamente, e fazer-me a honra de me dizer que a estimava muito, e que ja sabia della. Esta mesma Regia Benignidade em meu favor confessa o grande

Defensor dos chamados direitos da Ordem de Christo, e o Testa de ferro da Meza da Consciencia e Ordens o Doutor Dionizio. (1)

§ 77. A dita Meza da Consciencia e Ordens que tinha então por seu Presidente hum Grande do Reyno, e que pouco depois da publicação da dita Allegação Juridica vio subir de repente a Ministro d'Estado, sem ser esperado, hum Irmaõ do seu dito Prezidente fez muito ufana huma Consulta (2) em que pedia a Sua Alteza Real satisfação contra mim, por que dizia ella, que eu a tinha insultado chamando-a—uzurpadora dos direitos, e padroados da Coroa, e da jurisdicção dos

(1) V. a Refutação do Doutor Dionizio na sua Dedicatoria nas palavras—Se a Benignidade de Vossa Alteza Real acceitou a offerta que o Ordinario de Parnambuco fez querendo pelo seu Escripto intitulado Allegação Juridica despojar a Ordem de Christo....do amplissimo padroado, que tem de todo o Ultramar, &c.—

(2) Esta parece ser a Consulta de 20 de Junho de 1804, de que faz menção a Carta Regia acima copiada; visto ser este o tempo em que appareceu impressa a minha dita Allegação, como se pode ver na frente della; e o em que entron no Ministerio o Irmaõ do então Presidente da Meza da Consciencia e Ordens como foi bem notorio.

Bispos Ultramarinos—; e que porisso fosse eu publicamente reprehendido, e supprimida a minha dita Allegação.

§ 78. A esta tão injusta, e tão escandalosa pertençaõ, foi entaõ muito publico, e notorio que Sua Alteza Real resolveu que a dita Meza respondesse a minha dita Allegação para a vista das razões, e dos fundamentos de huma, e outra parte se tomar a ultima resolução sobre hum negocio de tanta ponderação, e tanto do interesse da sua Coroa; resolução digna sem duvida de hum Salomão: como entaõ foi muito publicamente louvada, e só hum Ignorante, ou hum Traidor poderia dizer, ou aconselhar a Sua Alteza Real o contrario dos interesses da sua Coroa. (1)

§ 79. A dita Meza, e o seu Presidente que não esperavaõ huma semelhante resolução; mas temendo que a minha dita Allegação

(1) Aqui se deve notar o abuzo que a dita Meza faz das palavras chamando—Consulta—a huma queixa, ou accusação que ella faz ao Soberano contra algum que ella considera seu Inimigo, ou para melhor dizer da sua usurpação.

correndo pelas mãos de todos viesse a descobrir a impostura della Meza, e de todos os seus Doutores, e Consocios, principalmente aos Habitantes Ultramarinos (1) não se atrevendo ella a responder a minha dita Allegação, como S. Alteza Real lhe tinha mandado, nem a sustentar em publico o que as escondidas dizia, e costuma dizer nas suas accusações ehamadas Consultas; passou a intrigar como costuma com o dito Ministro d'Estado para que com a sua authoridade de Graõ Vizir fizesse impedir a destribuição que eu fazia da dita Allegação; mas elle que não se queria comprometter com a dita taõ publica resolução

(1) V. a Refutação do Doutor Dionizio na sua Dedicatoria nas palavras—Sabendo eu que a dita Allegação Juridica se teim espalhado principalmente no Ultramar, onde pode seduzir e revolver os animos dos menos instruidos, julguei do meu dever ordenar esta breve Refutação para atalhar (note-se) a ruina, que da propagação de semelhante doutrina pode seguir ao direito da Ordem—ora he crível que o Doutor Dionizio por sua devoção particular se atrevesse a atácar hum Direito incontestavel dos Reis de Portugal, a vista, e face dos Portuguezes, se elle não estivesse bem certo do apoio da dita Meza do seu Prezidente, e mais que tudo do Ministro d'Estado seu Irmão? desgraçados Soberanos quando tem por Conselheiros taes Ministros.

de Sua Alteza Real, e por que ainda então estava muito novato no officio do despotismo ; usou do estratagema seguinte.

§ 80. Expedio-me hum Aviso, no qual me dizia que no dia seguinte pela manhã das nove horas por diante lhe fosse eu fallar para me participar hum negocio do serviço de Sua Alteza Real ; e indo-lhe eu fallar, me conduzio para hum gabinete interior para que ninguém nos ouvisse, e em ar de amizade, como quem se queria informar de mim sobre o dito negocio, me perguntou com que licença tinha eu feito imprimir a minha dita Allegação ? respondi-lhe que por hum Aviso da Secretaria de Estado do Ministro seu Antecessor, e que se havia de achar na mão do Impressor della.

§ 81. Perguntou-me mais que rasaõ tivera eu para insultar a Meza da Consciencia e Ordens; chamando-a Usurpadora sem advertir que era hum Tribunal Regio? respondi-lhe que a dita Meza ja desde que eu estava em Pernambuco fora a que abuzando do Augusto, e Respeitavel Nome de Sua Alteza Real me insultara nas Provisões que para alli me expe-

dia assignadas por dois dos seus Deputados; por que eu cumpria com as obrigassões do meu Officio, e não consentia que ella usurpasse o que lhe não pertencia; e que se a dita Meza não queria ter o nome de úzurpadora mostrasse em publico o contrario do que eu sustentava na minha dita Allegação; e que Sua Ex^{cia}. sabia muito bem que em Portugal antes de haver Meza da Consciencia e Ordens ja haviaõ Bispos.

§ 82. O d^{to} Ministro de Estado depois de estar por hum pouco, como considerando, me disse muito socegado, não que o negocio ja estava resolvido por Sua Alteza Real, como pertende a dita Meza, e seus Doutores, antes pelo contrario me disse que Sua Alteza Real tinha determinado que o dito negocio fosse remettido para o Dezembargo do Paço para alli se examinar, e consultar o que fosse justo (o que de alguma sorte concordava com o que ja publicamente o Mesmo Senhor tinha resolvido:) e disse-me mais o dito Ministro que não distribuisse eu alguns exemplares da minha dita Allegação (que era o que a dita Meza queria) em quanto Sua Alteza Real não resol-

vesse o dito negocio, (o que he mais huma prova, de que ainda ate' entaõ não estavaõ resolvidas as questões da minha dita Allegação, e por consequencia não se podendo dizer ate' entaõ que eu tinha sido reprehendido (1).

§ 83. Respondi ao dito Ministro que eu ja tinha dado aos meus Amigos muitos exemplares, e que não sabia o que delles teriaõ feito: porem que alguns, que eu ainda conservava em meu poder, os guardaria ate' que o negocio fosse resolvido por Sua Alteza Real

(1) V. a Refutação de Doutor Dionizio no § 37—ficando demonstrado....a falsidade das proposições extraídas da Allegação, com que pretendia extinguir o direito da Ordem em todo Ultramar (e sofre-se que se diga em Portugal que todo o Ultramar he da Ordem de Christo!) e sendo justificado o procedimento, e legalidade com que o Tribunal Regio da Meza da Consciencia e Ordens procede....o que ja de ante-mão Sua Alteza Real tinha conhecido (falso), não resta mais do que beijar a Mão do Mesmo Senhor pela sabia, e benigna providencia que logo deu (falso, foi depois enganado no Rio de Janeiro, e sem que eu fosse ouvido): mandando supprimir a dita Allegação, e corrigir ao seu Author, para tirar das mãos dos seus Vassallos toda a occasião de erro, para servir de exemplo aos temerarios, e para zelar o conceito, que sempre lhe mereceu aquelle Tribunal, que sob o Real Nome determina, e executa, o que lhe he encarregado.

como S. Ex^{cia}. me dizia ; Eis aqui a verdade do que se passou entre mim, e o dito Ministro de Estado: se elle disse outra couza a seu Irmaõ, eá sua Meza enganou-os, como muitas vezes enganou ao seu mesmo Soberano, como todo Portugal sabe.

§ 84. Eu nunca soube, nem ainda ate hoje sei que o Dezembargo do Paço fizesse alguma Consulta ao dito respeito, como o dito Ministro de Estado me tinha dito, que se havia de fazer, nem qñ fossem ouvidos os Procuradores da Coroa, e Fazenda, que de necessidade deveriaõ ser ouvidos naquelle negocio, em que se envolviaõ os grandes interesses do Rey, e dos seus Estados: tambem nunca soube, nem me constou que o Doutor Dionizio fosse nomeado, e autorizado por Sua Alteza Real para Juriz das questões entre mim, e a Meza da Consciencia e Ordens, nem sei qual foi a resposta, que ella deu a minha dita Allegaçãõ, como Sua Alteza Real publicamente lhe mandou que desse ; resposta que ella nunca deu, e de que estou bem certo, que nunca dará, ou ao menos que nunca a publicará em minha vida.

§ 85. Aqui se deve notar, que o Doutor Dionizio na sua Refutação impressa, e publicada no anno de 1806 tendo dito, que eu tinha sido mandado reprehender, e supprimir a minha dita Allegação (1) por ter eu sustentado (dizia elle, e a sua Meza) huma doutrina desaprovada, e atacado com pensamentos, e palavras menos consideradas a authoridade da Meza da Consciencia e Ordens, e as prerogativas do Graõ Mestrado (2): nesse mesmo anno de 1806 foi Sua Alteza Real servido nomear—me para Bispo d'Elvas, hum dos primeiros Bispados de Portugal por onde entraõ todos os Estrangeiros, que vem a estes Reynos; e o Mesmo Senhor como Principe Regente de Portugal foi o que me propoz ao Papa, como hum Bispo muito digno para o dito Bispado.

§ 86. Por estes dois factos muito notorios no dito anno de 1806 se faz evidente, que ou

(1) V. a dita Refutação no § 37.

(2) V. a Consulta da Meza da Consciencia, e a Resolução de 20 Junho de 1804 de que se faz menção na dita Carta Regia acima copiada.

naõ houve tal ordem de reprehensãõ, e de suppressãõ até o anno de 1806, e por consequencia, que Sua Alteza Real foi enganado pela dita Consulta da Meza da Consciencia e Ordens de 1804, e pelo Doutor Dionizio na sua chamada Refutaçaõ de 1806; ou que em Portugal ha duas Authoridades Supremas, e independentes, huma que revoga, e castiga o que a outra louva, e approva; e por consequencia que em Portugal estaõ em notoria contradicçaõ entre si—o Graõ Mestrado—e o Soberano de Portugal.

§ 87. Se naõ se pozer termo a esta despotica, e intrigante Meza, que, apoiada pelos com ella interessados na usurpaçaõ dos direitos da Caroa de Portugal, se arrogou o direito de fazer Consultas sem ser mandada, sem serem ouvidas as Partes, nem os Procuradores da Coroa, e Fazenda para impunemente enganar aos Reys de Portugal de baixo do enigmatico nome de—Graõ Mestrado—; e fazer delles o Instrumento das suas vinganças, e do seu Despotismo, a inda mesmo contra os Bispos, por que dizem a verdade, e cumprem com os seus deveres de fieis á sua Religiaõ, e ao seu

Soberano, esta Meza digo se fará hum Monstro que mais cedo, ou mais tarde pela sua canina voracidade tragará de hum só bocado o Reyno de Portugal, e a Igreja Luzitana.

§ 88. Eu estou certo que se a verdade chegar hum dia á Presença do Augusto Soberano de Portugal; e os seus Ministros, e Conselheiros conhecerem o machavelismo da dita Meza, e entrarem no espirito da Bulla do Papa Julio 3º. denominada—o Padraõ do Senhor Rey D. Joaõ 3º.—e na sublime politica do Senhor Rey D. Manoel (1) que para bem da Religiaõ, e dos seus Reynos deixou em seu testamento recomendado a seu Filho, que logo que vagassem os ditos Mestrados os fizesse incorporar, e consolidar com os Reyuos de Portugal donde elles tinhaõ saido; eu estou certo, torno a dizer, que o Monstro será destruido, e anniquilado.

§ 89. Este Monstro, chamado Meza da Consciencia e Ordens, será reduzido ao nada

(1) V. o § 50 acima.

quê ella era ao tempo da morte do Senhor Rey D. Joaõ 3º. (1)—Os chamados Estatutos das Ordens Militares, seus Definitorios, e Regimentos que se dizem—o Codigo, ou o direito particular das Ordens—serão extinctos (2)—Todas as Bullas, e Breves Apostolicos a respeito das Ordens Militares de Portugal posteriores a dita do Papa Julio 3º. que constituiu o Padraõ do Senhor Rey D. Joaõ 3º. serão julgadas obrepticias, e subrepticias sendo a primeira a de Pio 5º. chamada das—Tres-Instancias—(3); assim como tambem todas as Leys, Alvarás, e Decretos posteriores ao dito Padraõ—Todos os titulos de Graõ-Mestre, Mestre, Governador, e Administrador das Ordens Militares depois do dito—Padraõ—serão extinctos (4); e tudo se dirá feito, e mandado em Nome do Rey na qualidade de Rey de Portugal:—O Padroado de todos os Beneficios, e Igrejas chamadas das Ordens sera julgado incorporado, e consolidado com

(1) V. os §§ 31 ate 35 acima.

(2) V. o § 48 acima, e a sua nota 1ª.

(3) V. os §§ 32 ate 38.

(4) V. os §§ 21 ate 23.

o Padroado da Coroa, e como tal serão para ellas apresentados pelo Rey os Sugeitos dignos, e benemeritos, e que bem tiverem servido as Igrejas principalmente das suas naturalidades, e as Cartas de Apresentações serão expedidas pelo Tribunal do Rey, e com informação dos respectivos Bispos na forma em que sempre praticarão ainda os mesmo Felippes, e o Senhor Rey D. João 4º. (1), ou na forma do Alvará da Raynha Nossa Senhora denominado das Faculdades á excepção do que nelle se diz a respeito da Meza da Consciencia e Ordens por ser então o erro comum de que a dita Meza era hum Tribunal legitimamente creado para taes negocios (2)—As Commendas serão dadas pelos Reys na qualidade de Reys aos que bem os servirem na paz, ou na guerra sem dependencia de profissões, nem de votos Religiosos, nem de alguns juramentos mais do que o de obediencia, e fidelidade ao Rey na qualidade de Rey expressamente; por ja terem sido secularizadas pelos Papas Leão

(1) V. Osorio de patron. reg. resol. 89. nº. 1 ate 8, e o Alvará copiado no fim do meu dito Commentario.

(2) V. os §§ 31 ate 35 acima.

10, e Julio 3º. (1)——Os Cavalleiros serão armados, ou mandados armar pelos Reys, como sempre foraõ sem dependencia de profissões, nem de votos mais do que o de fidelidade, e obediencia aos Reys aos quaes só pertence dar titulos de honra, e de distincções nos seus Estados, e não aos Mestres das Ordens (2) ——As Pessoas, e couzas chamadas das Ordens Militares serão regidas, e governadas pelas Leys; e Ordenações dos Reys na qualidade de Reys de Portugal (3) sem mais privilegios, e izenções do que aquellas que são concedidas a taes Pessoas pelas Leys, e Ordenações do Reyno; e todos os papeis deverão ser expedidos pelos Tribunaes Regios em Nome do Rey, e com audiencia dos Procuradores Regios da Corõa, e Fazenda——Os Lugares de Juiz das Ordens, dos Cavalleiros, e das Commendas, e o de Procurador Geral das Ordens, e todos os desta natureza serão extinctos porisso mesmo que estando como estava tudo quanto se dizia das Ordens Militares incorporado na Coroa,

(1) V. os §§ 27 e seguintes.

(2) V. § 29 acima.

(3) V. § 28.

os ditos Juizes, e Procurador nunca tiverão outra existencia mais do que a que depois da dita Incorporação lhes deraõ os fabricados Estatutos (1), e Regimentos feitos sem alguma Authoridade Regia, nem Pontificia, posto que se digaõ em execuçaõ da Bulla obrepticia chamada das—Tres Instancias—(2).

§ 90. Todas estas, e outras muitas regalias, e prerogativas dos Reys de Portugal desde a morte do Senhor Rey D. Joaõ 3º. estavaõ usurpadas á Coroa pela famosa Meza da Consciencia, e Ordens, e seus Consocios para se fazerem dependentes, accomodar os Afilhados nos Benefícios chamados das Ordens, e terem com que comprar Amigos, e pagar aos Defensores das suas bandeiras debaixo de hum enigmatico nome de—Graõ Mestrado—para com ellez fazer a guerra aos mesmos Reys de Portugal, e a Igreja Lusitana: e por que eu sempre estive—alerta—e me oppuz como Bispo, e Defensor do Padroado da Coroa, e

(1) V. ditos Estatutos da Ordem de Christo part. 2. ttº. 23. §§ 1, 2, 3, e 4.

(2) V. os §§ acima 51 ate 55.

da jurisdicção dos Bispos de Portugal, e do Ultramar contra huma tal usurpação, se me tem feito huma guerra cruel, atacando-se-me na parte mais sensivel da minha honra—accusando-me de Sectario do Uzurpador (1) sem darem alguma prova, e o que mais he aquelles mesmos, que mais o lisongearão, e o servirão para os seus fins. (2)

(1) V. a Carta Regia acima.

(2) V. os §§ 46 ate 49.

Bulla da Incorporação dos Mestrados de Christo, Santiago, e Aviz com os Reynos de Portugal—in perpetuum.

(1) Julius Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Præclara charissimi in Christo filii nostri Joannis Portugalliæ, et Algarbiorum hujusmodi Regnis prædecessorum erga hanc S. Sedem merita, nec non sincera fides, et singularis devotio, quibus idem Joannes, Rex in nostro, et dictæ Sedis conspectu clarere dignoscitur, promerentur, et nos quodam modo compellunt, ut illa prædicto Joanni, et pro tempore existenti Portugalliæ, et Algarbiorum Regi favorabiliter concedamus per quæ dissentionibus, et odiis, quæ inter personas Regnorum hujusmodi exoriri possent, occurratur, ac eorundem Regnorum^t quieti, et tranquillitati consulatur:

(2) Dudum siquidem S. Jacobi de Spata sub S. Augustini, et de Aviz sub S. Benedicti regulis in dictis Regnis Militiarum Magistratibus per obitum quondam Georgii olim ipsarum Militiarum Magistri, seu Administratoris extra Romanam Curiam defuncti, seu alias

certo modo vacantibus; (3) nos considerantes Magistratus prædictos, diversa Castra, Villas, terras, loca, et arces eis a claræ memoriæ Portugalliæ Regibus, et aliis personis secularibus ut plurimum donata, in quibus Magistratus ipsos pro tempore obtinentes jurisdictionem exercent, et plurimum præceptoriarum, et pinguissimis redditibus dotatarum collationem habere, et propterea tam pro justitia in Castris, Villis, terris, et locis eisdem perfecti administranda, ac arcibus prædictis ad Regna prædicta ab infidelibus, et perversorum conatibus defendendum, ac in pacis dulcedine conservandum diligenter, et fideliter custodiendis, nec non præceptoriiis ipsis personis benemeritis, præsertim contra Christiani nominis hostes dimicantibus, plurimum expedire ut Magistratus prædicti personæ Regnis ipsis, et illorum incolis gratæ, et acceptæ, per quam nedum in juribus suis conservari, verum etiam adaugeri possent, committeretur, (4) ac sperantes quod dictus Joannes Rex, qui justitiæ zelator, et orthodoxæ Fidei accerrimus defensor eatenus fuerat, et tunc existebat, ac Christiani nominis hostes tam in Africa, quam in partibus Indiæ Orientalis, et Ethiopiæ con-

tinuis bellis cum intolerabilibus expensis lacescere non desinebat, et incolas inibi commorantes ad veri luminis cognitionem reducere magnopere studebat, Magistratus ipsos prout Militiam Jesu-Christi Cisterciensis Ordinis cujus idem Joannes Rex administrator perpetuus per Sedem prædictam deputatus existebat, eatenus laudabiliter, et prudenter rexerat, et feliciter, et tranquille gubernarat, illisque posset esse utilis plurimum, et etiam fructuosus.

(5) Ac volentes eidem Joanni Regi ut expensas onerum, quæ in gerendis bellis prædictis tenebatur facilius perferre valeret de alicujus subventionis auxilio providere: Motu proprio eundem Joannem Regem quoad viveret administratorem perpetuum, et irrevocabilem Magistratum Militiarum S. Jacobi, et de Avis hujusmodi juriumque, rerum, et pertinentiarum suorum omnium, etiam una cum Magistratu Militiæ Jesu Christi hujusmodi cum plena, et libera facultate, authoritate, et potestate omnia, et singula quæ Magistri Militiarum S. Jacobi, et de Avis hujusmodi qui pro tempore fuerant facere, et exercere potuerant, etiam si habitum per fratres Milites dictarum Militiarum gestari solitum nunquam suscipere, nec professionem

per eos emitti solitam emitteret, faciendi, et exercendi Apostolica auctoritate constituimus, et deputavimus, curam, regimen, et administrationem Magistratum S. Jacobi, et de Avis, ac Castrorum, et aliorum prædictorum, sibi in spiritualibus, et temporalibus plenarie committendo prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. (6) Cum autem post modum intra mentis nostræ arcana sæpius revolverimus singulas Militias prædictas ad hoc institutas fuisse, ut contra hostes, et inimicos Fidei hujusmodi firma quædam præsidia essent, eorumque Fratres Milites pro tempore existentes infidelium eorundem expugnationi, ac terrarum ab eis occupatarum recuperationi jugiter vacarent, (7) et a plurimis annis citra, prout tam dilecti filii Alphonsi de Alencastro præceptoris maioris ejusdem Militiæ Jesu-Christi, et ipsius Joannis Regis Conso- brini, et apud nos, ac dictam Sedem Oratoris, quam aliarum fide dignarum personarum relatione percepimus, prædictus Joannes Rex, claræ memoriæ Emmanuelis Portugalliæ, et Algarbiorum Regis genitoris sui, et aliorum prædecessorum suorum prædictorum vestigiis inhærendo ad divini nominis exaltationem,

Christianæque Fidei propagationem in eripien-
dis e manibus ipsorum infidelium diversis pro-
vinciis, terris, et locis, et aliis jam ereptis con-
servandis ; (8) nec non bello contra eosdem
infideles tam terra, quam mari gerendo gravis-
simos labores, et expensas sustinuerit, (9) et
tam in Indiarum, quam in Africæ, et Ethiopiæ,
ac Brasiliæ partibus non nullas Civitates, Insu-
las, Oppida, et loca e manibus infidelium
hujusmodi eripuerit eaque inibi Christi fideles
introduci, et nomen Domini prædicari facien-
do, ad gremium S. matris Ecclesiæ adduci
procuraverit, et ad hoc non solum vi, et armis,
sed et nonnullarum ad hoc ab eo deputatarum
excellētis doctrinæ, et aprobatarū vitæ person-
arum opera continue utatur, (10) et prop-
terea Septen. et Tingen. Civitates, et oppidum
de Mazagam in Africæ, nec non Goam, ac alias
terras, et loca in Indiarum partibus per eum,
et ejus prædecessores prædictos e manibus
ipsorum infidelium, non sine magna sanguinis
effusione erepta ad Republicæ Christianæ com-
modum, et universalis Ecclesiæ exaltationem
possideat. (11) Et ut mortalium animas
Deo efficacius lucrifaciat, in Civitatibus, In-
sulis, terris, et locis hujusmodi quamplura

Monasteria, Ecclesias, Hospitalia, et Collegia ad devotionis inibi habitantium excitationem erigi, ac in illis Ministros Ecclesiasticos introduci fecerit: (12) nec non incolis, et habitatoribus Civitatum, terrarum, et locorum hujusmodi mediantibus diversis egregiis, et fidelibus verbi Dei concionatoribus ut sacrum Christi Evangelium amplecterentur, et sub nostra, et ejusdem Sedis obedientia, et protectione degerent adeo efficaciter persuaserit, ut eorum infinitus fere numerus sacro baptismatis fonte renasci voluerit (13) spereturque verisimiliter quod idem Joannes Rex ad quem spectat bella ipsa contra infideles ~~panditos~~ tam terra, quam mari, et tam offendendo, quam defendendo movere, ac successores sui, Portugalliæ, et Algarbiorum Reges pro tempore existentes divina eis assistente gratia similia, et alia longe majora in dies pro tuitione, et augmento Christianæ Religionis facturi sint. (14) Nos attendentes quod si Magistratus Militiarum hujusmodi, qui aliquando per Romanos Pontifices prædecessores nostros Regibus Portugalliæ, et Algarbiorum hujusmodi, seu eorum primogenitis, aut aliis natis Infantibus nuncupatis, sive propinquis

in administrationem dum expediens visum fuit concessi fuerunt, et super quorum dum pro tempore vacent seu Magistrorum ad eos electione quoad præceptores domorum, et etiam forsitan fratres milites singularum militiarum huiusmodi spectare dignoscitur, possunt facile inter præceptores, seu fratres, et milites huiusmodi graves dissensiones, et intestina odia exoriri, (15) et quos pro tempore obtinentes, si se pro tempore existenti Portugalliæ, et Algarbiorum Regi opponerent, Regna prædicta perturbare, et diversos tumultus bellicos excitare, ac bella quæ per eos contra infideles ut præfertur movenda sunt, in perturbationem quietis, et pacis Regnorum huiusmodi convertere possent, (16) prædicto Joanni, pro tempore existenti Portugalliæ, et Algarbiorum Regi in administrationem perpetuo concedantur, committantur, et assignentur ex hoc profecto dissensionibus, et odiis, ac perturbationi pacis, et quietis Regnorum, et excitationi tumultuum bellicorum huiusmodi opportune occurretur, (17) et prædictus Joannes, et pro tempore existens Portugalliæ, et Algarbiorum Rex præceptorias domorum militiarum huiusmodi fratribus militibus idoneis, et ad

præliandum habilibus, qui non solum cum vocati fuerint ad bella se accingent, verum etiam Regem ipsum ad expeditiones contra infideles prædictos ultra sollicitabunt, ac se suaque omnia tam in classe maritima, quam exercitu terrestri laboribus, et periculis exponere non dubitabunt, (18) earum occurrente vacatione conferre, seu conferri procurabit, et bella ipsa commodius gerere, ac alia pro Fidei Catholicæ exaltatione, et infidelium depressione necessaria, et oportuna efficacius exequi poterit; ipsique præceptores, et fratres, milites, ac Vassalli, et subditi Magistratuum hujusmodi libentius sub eorum naturali principe, Rege, et militiarum hujusmodi administratore existente, et ejus disciplina quam diversis ipsarum militiarum Magistris (cum maiores conjunctæ vires, maiora, et præclara in bello facinora edere possint,) militabunt; seque omnibus periculis exponent, (19) et propterea volentes in præmissis opportune providere, ac ipsius Joannis Regis qui superioribus annis Bazaim, et Dio Civitates, seu oppida in partibus Indiarum, é manibus infidelium vi, et bello eripuit, et bis invicto animo Dio videlicet, a Turcis, et Rege Cam-

bayæ, qui illam, seu illud cum ingenti Exercitu Ducibus Soliman Bassa, et Coja Suphar acriter, et durissime obsidebant, Bazaim vero Civitates, seu oppida hujusmodi ab oppidanis qui illam, seu illud bello repetebant, præstante domino liberavit, et Turcas, ac oppidanos ipsos non sine maxima eorum clade, et jactura, obsidionem hujusmodi solvere coegit, ac demum fugavit, et nomen Domini nostri Jesu-Christi longe lateque, propagare non cessat, pro desiderio præmissorum intuitu morem gerere. (20) Motu simili non ad ejusdem Joannis Regis, aut alterius pro eo nobis super hoc oblatæ petitionis instantiam, sed de mera liberalitate, ac ex certa scientia nostris singulos, Jesu-Christi, et Sancti Jacobi, ac de Avis Magistratus hujusmodi qui in eisdem militiis supremæ dignitates ac ipsarum militiarum, in dictis Regnis, et aliis Dominiis, eisdem Regnis, seu eorum Regi subjectis capita esse noscuntur, (21) et quorum singulorum universas alias qualitates, et illorum erectionum, et institutionum tenores fructuum reddituum, et proventuum veros annuos valores præsentibus pro expresso habentes, (22) volumus etiam si quovis modo

quem etiam si ex illo quævis generalis reservatio etiam in corpore juris clausa resultet, præsentibus haberi volumus pro expresso, et ex cujuscunque persona vacent, etiam si tanto tempore vacaverint, quod eorum collatio juxta Lateranensis statuta Concilii ad Sedem prædictam legitime devoluta, ipsique Magistratus, specialiter, vel generaliter, reservati existant, et ad illos consueverint qui per electionem assumi, eisque cura etiam jurisdictionalis immineat animarum super eis quoque inter aliquos lis cujus statum præsentibus habere volumus pro expresso pendeat isdecisa, dummodo tempore datæ præsentium non sit in eis alicui specialiter jus quæsitum cum omnibus, et singulis illorum, eorumque mensarum juribus, pertinentiis, jurisdictionibus, Castris, Villis, Oppidis, Fortalitiis, Terris, et Locis. (23)

Ne non fructibus, redditibus, proventibus, obventionibus, et emolumentis quocunque nomine nuncupentur, et in quibus suis rebus consistant, et undecunque proveniant, et per nos, aut prædecessores nostros Romanos Pontifices pro applicatione fructuum, reddituum proventuum, jurium, obventionum, et emolumentorum præceptoriarum, (24) et forsán alio-

rum beneficiorum Ecclesiasticorum, seu illorum, decimæ, aut alterius partis bellis pro tempore gerendis eisdem Emmanuelli, et Joanni Regibus, eorumque prædecessoribus, ac militiarum hujusmodi Magistris in genere, et in specie, ac alias quomodolibet concessis, (25) nec non facultatibus, licentiis, privilegiis, et indultis (26) prædicto Joanni, et pro tempore existenti Portugalliæ, et Algarbiorum Regi, etiam si Regna ipsa in fœminam, aut minorem septem annis pervenerint, et minor hujusmodi etiam fœmina existat, in administrationem perpetuam. (27) Ita quod qui Rex aut in defectum Regis, Regina Regnorum hujusmodi pro tempore fuerit, et singularum militiarum prædictarum, et illarum magistratum absque alio juris, aut pactiministerio perpetuus administrator, aut administratrix sit, et esse censeatur, (28) ac magistratum eorundem possessionem, propria auctoritate libere apprehendere, et perpetuo retinere, seu etiam absque alia possessionis apprehensione militias ipsas, et earum magistratus regere, et administrare, (29) nec non illorum fructus, redditus, proventus, jura, obventiones, et emolumenta, ac alia præmissa in suos, et ma-

gistratum prædictorum usus, et utilitatem convertere, Diocesanorum locorum, vel quorumvis aliorum licentia, vel consensu desuper minime requisita, vel requisito, (30) nec non præceptorias, et dignitates, aliaque beneficia, et officia militiarum hujusmodi, ac alia ad collationem, provisionem, præsentationem, electionem, seu quamvis aliam dispositionem pro tempore existentium earundem militiarum Magistrorum spectantia, tam secularia, quam regularia beneficia personis idoneis conferre, et assignare, (31) nec non præmissa omnia, et singula, et cætera quæ Magistri militiarum hujusmodi qui pro tempore fuerunt in spiritualibus, et temporalibus facere, et gerere, exercere, et administrare consueverunt, seu potuerunt, aut debuerunt facere, gerere, exercere, et administrare, (32) nec non jurisdictionem, et superioritatem, ac quodcunque aliud Dominium in præceptores, et milites, ac alios fratres, et personas, (33) nec non oppida, terras, et loca, ac bona et res militiarum hujusmodi per earum Magistros exerceri solita, exercere libere, et licite possit in omnibus, et per omnia, perinde, ac si singularum militiarum prædicta verus Magister existeret,

(34) ac omne jus, et omnis auctoritas, et potestas militias, et magistratus hujusmodi, tam in spiritualibus, quam in temporalibus regendi, et administrandi, ac omnis alia jurisdictio, et administratio ad singulos Magistros Militiarum hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut alias quomodolibet pertinens, et quæ in futurum pertinere poterit cum Regnis hujusmodi incorporetur, et consolidetur, (35) sic tamen quod pro tempore existens Portugalliæ, et Algarbiorum Rex, seu Regina, eaque spiritualia pro tempore concernent per idoneas personas ipsarum militiarum Religiosas ad id per eum deputandas, et ad ejus liberum nutum, ~~et arbitrium amobiles~~, probe, et laudabiliter exerceri facere debeat, et teneatur Apostolica auctoritate prædicta tenore præsentium perpetuo concedimus, et comittimus, et assignamus, (36) ipsumque Joannem, et pro tempore existentem Portugalliæ, et Algarbiorum Regem, seu Reginam, etiam si ut perfertur minor existat, perpetuum, et irrevocabilem singularum militiarum, et earum Magistratum, jurumque, et pertinentiarum prædictorum in spiritualibus, et temporalibus, administratricem constituimus, et deputamus,

(37) et personis per, pro tempore, existentem Regem, seu Reginam circa spiritualia deputandis omnia, et singula, quæcunque singularum militiarum hujusmodi qui pro tempore fuerunt concernentibus spiritualia per se, vel alios ordinare, disponere, mandare, et facere de jure, vel consuetudine, aut alias quomodo-libet potuerunt, seu debuerunt, ordinandi, et disponendi, mandandi, et faciendi plenam, liberam, et omnimodam facultatem, et potestatem concedimus. (38) Et ne in præjudicium concessionis, commissionis, assignationis, constitutionis, et deputationis nostrarum prædictarum præceptores, seu milites, vel fratres militiarum hujusmodi aliquid de facto per viam electionis, vel postulationis, seu alias decedente pro tempore Rege, aut Regina Regnorum hujusmodi, attentare præsumant. Nos ab eisdem Præceptoribus, Militibus, et Fratribus omne jus, et omnem actionem, et potestatem eligendi, vel postulandi aliquem in Magistrum alicujus ex militiis hujusmodi, vel eisdem Magistratibus de Magistris, aut administratoribus perpetuis quomodolibet providendi, penitus, et omnino tollimus, auferimus, et abdicamus, (39) ipsisque præceptoribus,

militibus, et fratribus sub excommunicatione
 latæ sententiæ, et privatione Præceptoriarum,
 ac aliorum beneficiorum, et officiorum Eccle-
 siasticorum quæ pro tempore obtinebunt, nec
 non pensionum annuarum quas pro tempore
 percipient, ac inhabilitatis ad illa, et illas, ac
 alia, et alias in posterum obtinendas, et per-
 cipiendas, ac aliis ecclesiasticis sententiis,
 censuris, et pœnis per contravenientes eo ipso
 incurrendis, ne de cætero aliquem in Magis-
 tratum alicujus ex militiis hujusmodi eligere,
 vel postulare, aut de eligendo, vel postulando
 quovis modo tractare audeant, vel præsumant,
 districtius inhibemus. (40) Absolutionem
 eorum qui sententias, censuras, et pœnas præ-
 dictas incurrerint, ac earum relaxationem
 nobis, et successoribus nostris Romanis Ponti-
 ficibus canonice intrantibus, specialiter, et ex-
 presse reservantes (41) Quocirca venera-
 bilibus fratribus nostris Ulixbonensi, Elvorensi,
 ac Bracharensi Archiepiscopis per Apostolica
 scripta motu simili mandamus, quatenus ipsi,
 vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu
 alios præsentis litteras, et in eis contenta quæ-
 cunque ubi, et quando opus fuerit, (42) ac
 quoties pro parte Joannis, et pro tempore

existentis Regis, et Reginæ hujusmodi desuper fuerint requisiti solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes auctoritate nostra faciant eidem Joanni et pro tempore existenti Portugalliæ, et Algarbiorum Regi, et Reginæ a dilectis Filiis, Conventibus Prioribus, præceptoribus, fratribus, et militibus obedientiam, et reverentiam debitam, et devotas, nec non a Vassallis, et aliis subditis militiarum hujusmodi consueta servitia, et jura sibi ab eis debita integre exhiberi; ipsosque Joannem, et pro tempore existentem Regem, et Reginam ad Magistratus prædictos, ut est moris admitti, sibi que de illorum jurium, et pertinentiarum, ac membrorum suorum omnium fructibus, redditibus, proventibus, juribus, et obventionibus universis integre respondere; contradictores quoslibet, et rebelles, etiam per quasvis de quibus eis placuerit sententias, censuras, et pœnas ecclesiasticas, ac alia opportuna juris remedia, appellatione postposita, compescendo, ac legitimis super iis habendis servatis processibus, sententias, censuras, et pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravando, (43) invocato (etiam hoc, si opus fuerit) auxilio brachii

secularis. (44) Non obstantibus nostra per quam dudum inter alia voluimus quod petentes beneficia ecclesiastica aliis uniri, tenerentur exprimere verum annum valorem, etiam beneficii, cui aliud uniri peteretur, alioquin unio non valeret, et semper in unionibus commissio fieret ad partes vocatis quorum interesset, (45) et Lateranensis Concilii novissime celebrati uniones perpetuas nisi in casibus a jure permissis fieri prohibentis, (46) nec non felicitis recordationis Bonifacii Papæ Octavi prædecessoris nostri, etiam qua cavetur nequis extra suam Civitatem, et Diæcesim, nisi in certis exceptis casibus, et in illis ultra unam dietam à fine suæ Diæcesis ad iudicium evocetur, seu ne iudices a Sede prædicta deputati extra Civitatem, vel Diæcesim in quibus deputati fuerint, alii, vel aliis vices suas committere præsumant, ac de duabus dietis in Concilio generali edita, dummodo ultra tres dietas aliquis auctoritate præsentium ad iudiciam non trahatur, et aliis Apostolicis, ac in Provincialibus, et Synodalibus Conciliis editis generalibus, vel specialibus constitutionibus, et ordinationibus Apostolicis, (47) nec non militiarum, et Ordinum prædictorum

juramento confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, consuetudinibus, stabelimentis, usibus, et naturis, privilegiis quoque indultis, et litteirs Apostolicis eisdem militiis earumque Magistris, Præceptoribus, militibus, fratribus, et Conventibus sub quibuscunque tenoribus, et formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriis derogatoriis aliisque efficacioribus, et insolitis clausulis irritantibusque (48) et aliis decretis per quoscunque Romanos Pontifices prædecessores nostros, et nos, ac dictam Sedem, etiam motu simili, aut consistorialiter etiam per viam generalis legis, et statuti perpetui, ac initi et stipulati contractus in genere, vel in specie, aut alias quomodolibet concessis confirmatis, et innovatis, (49) illis præsertim quibus inter alia caveri dicitur expresse, quod occurrente vacatione alicujus ex Magistratibus præfatis, præfati Conventus Præceptores, fratres, et milites unum forsitan de eorum gremio dictarum militiarum militem expresse professum eligere, ipseque sic electus verus earundem militiarum magnus Magister habeatur, illique et non alteri Conventus præceptores, Fratres, Milites prædicti parere teneantur, quodque

nullus nisi, ut præfertur, electus, Magistratus
 ipsos obtinere possit, et quæcunque collationes,
 et aliæ dispositiones de Magistratibus ipsis
 aliter, etiam per Romanum Pontificem, et
 Sedem prædictam, nullæ, et invalidæ, nullius-
 que sint roboris, vel momenti et penitus pro
 infectis habeantur, (50) præfatique milites
 aliis quam ut præfertur, electis, vel litteris
 Apostolicis per eos impetratis parere minime
 teneantur, et ob illorum non paritionem aliquas
 censuras, sive pœnas nullatenus incurrant,
 (51) quodque privilegiis, indultis, et litteris
 nullatenus, aut non nisi certis inibi expressis
 modo, ~~et forma derogari possit, et si aliter~~
 derogetur, derogatio hujusmodi nemini suffra-
 getur, (52) Quibus omnibus, etiam si pro
 illorum sufficienti derogatione de illis eorum-
 que totis tenoribus specialis, specifica, et ex-
 pressa, ac de verbo ad verbum, non autem
 per clausulas generales idem importantes,
 mentio, seu quævis alia expressio, habenda,
 aut exquisita forma ad hoc servanda foret,
 illorum omnium tenores præsentibus pro suffi-
 cienter expressis ac de verbo ad verbum in-
 sertis, (53) nec non modos, et formas ad
 id servandos pro individuo servatis habentes,

illis alias in suo robore permansuris, hac vice dumtaxat specialiter, et expresse pari motu derogamus contrariis quibuscunque, (54) aut si aliqui super provisionibus, seu concessionibus administrationum sibi faciendis de Magistratibus hujusmodi speciales, vel aliis beneficiis ecclesiasticis in illis partibus generales dictæ Sedis, vel Legatorum ejus litteras impetrarint, etiam si per as ad inhibitionem, reservationem, et decretum, vel alias quomolibet sit processum, quibus omnibus Joannem, et pro tempore existentem Regem, ac Reginam præfatos in assecutione dictorum Magistratum volumus anteferri, (55) sed nullum per hoc eis quoad assecutionem Magistratum, aut beneficiorum aliorum præjudicium generari, seu si Præceptoribus majoribus dictorum conventuum, nec non Prioribus, Præceptoribus, Militibus, et Fratribus, ac Conventibus, Vassallis, et subditis prædictis, vel quibusvis aliis communiter, vel divisim ab eadem sit sede indultum, quoad receptionem, vel provisionem alicujus minime teneantur, et a did compelli aut quod interdici, suspendi, vel excommunicare non possint. (56) Quodque de Magistratibus hujusmodi, vel aliis be-

neficiis Ecclesiasticis ad eorum collationem, provisionem, præsentationem, electionem, seu quamvis etiam dispositionem conjunctim, vel separatim spectantibus nulli valeat provideri, seu concessio in administrationem fieri per litteras Apostolicas non facientes plenam, et expressam, ac de verbo ad verbum de indulto hujusmodi mentionem, et quælibet alia dictæ Sedis indulgentia generalis, vel specialis cujuscunque tenoris existat per quam præsentibus, non expressam, vel totaliter non insertam effectus hujusmodi gratiæ impediri valeat quomolibet, vel differri, et de qua cujuscunque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis. (57) Volumus autem quod Magistratus, ipsi debitis propterea non fraudulentur obsequiis, (58) et animarum cura in eis nullatenus negligatur, sed Rex, seu Regina pro tempore existens, omnia, et singula eisdem militiis pro tempore incumbentiæ onera perferre omnino teneatur, (59) quodque ab alienatione quorumcumque bonorum immobilium, et pretiosorum mobilium dictorum Magistratum, penitus abstineat, (60) et quod succedens in Regnis hujusmodi sive vir, sive foemina existat, antequam dictos Magistratus,

vel eorum aliquem administrare possit, juramentum, seu juramenta, siquæ de observandis statutis, et consuetudinibus, ac stabilimentis, usibus, et naturis dictarum militiarum, vel alias per dictos Magistros præstari consueverunt, prestare teneantur: deinde administrationi Magistratuum hujusmodi libere se immiscere possit, (61) et ille ex eis qui ullo unquam tempore (quod absit) a nostra, et successorum nostrorum Romanorum Pontificium canonice intrantium, et ejusdem Romanæ Ecclesiæ obedientia, et devotione se retraxerit, (62) vel contra eam bellum susceperit, aut in ejus dominium per se, vel alium quomodolibet machinatus fuerit, præsentī gratia eo ipso privatus existat, ac præsentēs litteræ nullius sint roboris, vel momenti, ipsæque concessio, commissio, assignatio, constitutio, et deputatio expirent, et resolvantur, expiratæ que, et resolutæ censeantur, et exinde ipsi Magistratus vacent eo ipso, (63) et de illis per Sedem eandem libere disponi possit, et insuper ex nunc irritum decernimus, et inane si secus super iis a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. (64) Nulli ergo omnino hominum liceat hanc pagi-

nam nostræ concessionis, commissionis, assignationis, constitutionis, et deputationis, ac aliorum præmissorum infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem omnipotentis Dei, ac beatorum Petri, et Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ millesimo quingentesimo primo tertio Calendas Januarii Pontificatus nostri anno secundo.

F I M.

Impresso por W. Flint, Old Bailey, Londres.





ERRATAS.

<i>Pagina,</i>	<i>Linha,</i>	<i>Erros,</i>	<i>Emendas,</i>
6.....	7...	deixaraõ	deixaráõ
8.....	18...	Doutores Curatos	Doutores; Curato
9.....	3...	propoe	propoem
10.....	24...	concoressem	concorressem
17.....	10...	concoresse	concorresse
18.....	16...	nao	naõ
33.....	7...	elle	ella
45.....	18...	elle	ella
Na Nota ...	2...	99.....	9
47..	15...		§ 21
48 na Nota.	5...	exindem	eundem
49 na N. ...	2...	exercendo	exercendi
52 na N. ...	3...	pa.....	pag.
54.....	15...	das de ditas.....	das ditas
Na N.	2 ..	sem	seu
55.....	16...	mesmo	mesma
Na N.	4...	adictis	a dictis
56 na N. ..	2...	addictas	ad dictas
62.....	19...	saõ	eraõ
66.....	12...	que Conselheiros...	que os Conselheiros
71.....	14...	Reys.....	Reos
78.....	4...	3º	30
79 na N. ...	3...	Vella tiis	vel aliis
80 na N. ...	1.4	p. 13 Sº	fol. 13 vers.
93 na N. ...	2...	Estatudos	Estatutos
102.....	10...	ouvisse, e em ar ...	ouvisse (por que elle era surdo, e era necessario gritar- lhe); e em ar
103.....	21...	publicamente o } Mesmo	{ publicamente se di- zia que o Mesmo
105.....	18...	Juriz.....	Juiz
107.....	16...	Caroa	Corôa
115.....	11...	perfecti	perfecte
110.....	8...	os mesmo.....	os mesmos
122.....	15...	nostris	nostra
123.....	13...	isdecisa	indecisa
124.....	17...	pactiministerio ...	pacti ministerio
126.....	24...	jurum	jurium
133.....	9..	as	eas
—	22...	seadem.....	eadem
—	24...	a did	ad id

